

AS RELAÇÕES ENTRE O HIZBULLAH E O HAMAS¹

Felipe Haddock Lobo Goulart*

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar as características e o histórico das relações entre duas das mais ativas forças não estatais islamistas do Oriente Médio: o HAMAS palestino e o *Hizbullah* libanês, chamando atenção acerca da dinâmica do sistema de alianças entre esses dois grupos, que inclui estados como o Irã e a Síria. O artigo analisa igualmente como as relações HAMAS-*Hizbullah* transformaram-se no contexto da chamada “Primavera Árabe”.

Palavras-chave: Oriente Médio. Movimentos Islamistas. *Hizbullah*. HAMAS. Relações.

THE HIZBULLAH-HAMAS RELATIONS

ABSTRACT

The article aims at presenting the characteristics and the history of the relations between two among the most active non-state islamist forces in the Middle East: The Palestinian HAMAS and the Lebanese *Hizbullah*, drawing attention to the dynamics of the alliance system between those two groups, which includes states like Iran and Syria. Likewise, the article analyses how the HAMAS-*Hizbullah* relations were transformed in the context of the so-called “Arab Spring”.

Keywords: Middle East. Islamist Movements. *Hizbullah*. HAMAS. Relations.

LAS RELACIONES ENTRE EL HIZBULLAH Y EL HAMAS

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar las características y la historia de las relaciones entre dos de las más activas fuerzas no estatales del Medio Oriente: el HAMAS palestino y el *Hizbullah* libanés, llamando la atención en cuanto a la dinámica del sistema de alianzas entre estos dos grupos, el cual incluye a Estados como Irán y Siria. Además, el artículo analiza como las relaciones HAMAS-*Hizbullah* han cambiado en el contexto de la así llamada “Primavera Árabe”.

Palabras clave: Oriente Medio. Movimientos Islamistas. *Hizbullah*. HAMAS. Relaciones.

1 Hamas é a sigla de Harakat al-Muqāwamat al-Islāmiyyah (em português, Movimento de Resistência Islâmica).

* Diplomata de carreira, Conselheiro, Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio (SGAO) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Contato: felipe.goulart@itamaraty.gov.br.

1 Introdução

Não há dúvida, hoje, de que o estudo das relações internacionais, escapando do reducionismo, não pode mais restringir-se ao exame das interações exclusivamente entre Estados. Afastando-se do arcabouço teórico do neorealismo estruturalista, que coloca a dinâmica interestatal como praticamente o único relevante fator para explicar o sistema internacional, estudos teóricos e de caso projetam luz sobre os atores não estatais como elementos de realce na arena exterior. Trata-se de universo rico e variado: entidades da sociedade civil, empresas, partidos, forças militares irregulares, organizações criminosas e terroristas, diásporas étnicas, associações religiosas etc. Diante de sua heterogeneidade, a definição desses agentes também constitui tarefa complexa.

Em esforço de síntese, os analistas internacionais Daphné Josselin e William Wallace (2001) categorizam os atores não estatais como: “entes ampla ou inteiramente autônomos perante o controle e os recursos de um governo central; presentes em redes políticas, sociais e econômicas transnacionais; e capazes de impactar processos políticos, dentro de um ou mais Estados ou em organismos internacionais” (JOSSELIN; WALLACE, 2001, p. 3-4).

Fred Halliday (2001, p. 25-26), outro internacionalista, relativiza o desprendimento dos agentes não estatais diante dos Estados, de vez que sua autonomia pode ser, em realidade, acionada política e economicamente pelo Estado de onde eles se originam ou por Estado rival. Em complemento, as entidades não estatais, não obstante sua natureza transnacional, via de regra atuam sob restrição da lógica interestatal, ainda prevalecte no sistema internacional, orientando suas escolhas e linhas de ação frequentemente com base na correlação de forças desse sistema e em parâmetros ideológicos até mesmo fornecidos por Estados (HALLIDAY, 2005, p. 229-236). Deve-se acrescentar que a dimensão transnacional de uma entidade nem sempre se incompatibiliza com o desempenho dessa organização como ator político ou econômico doméstico.

Com maior vigor do que em outros recortes geográficos, no teatro do Oriente Médio e do Norte da África manifestam-se eixos identitários e políticos transfronteiriços, fenômeno que enseja a proliferação de forças não estatais com alcance internacional. A existência de potências médias em disputa e de alianças de geografia mutável, assim como a anomia de alguns aparatos governamentais facilitam a ação de atores não estatais (BUZAN, WAEVER, 2002, p. 187-218; HALLIDAY, 2005, p. 229-236; HINNEBUSCH, 2002, p. 29-53).

Junto com outros vetores de transnacionalização, os movimentos do islamismo político em suas várias vertentes – o wahabismo, o salafismo, a Irmandade Muçulmana (IM)/*Ikhuwaan* e a doutrina revolucionária xiita do guia supremo *ayatollah* Ruhollah Khomeini – têm criado numerosas conexões, atravessando fronteiras e desafiando autoridades estatais, ao mesmo tempo em que servem

como instrumentos estratégicos no equilíbrio de poder entre os Estados médio-orientais, especial, mas não exclusivamente, das potências cujos sistemas de poder são calcados por preceitos religiosos, como o Irã pós 1979 e a Arábia Saudita (DALACOURA, 2001, p. 235-248; HALLIDAY, 2005, p. 229-236).

Entre as diversas organizações não estatais islamistas, figuram, por um lado, aquelas cuja militância, em larga medida, antagoniza a própria existência dos Estados árabes pós-coloniais, clamando pela reconstituição da grande nação muçulmana – a ‘Uma islâmica –, como o agrupamento terrorista *al-Qa’ida* ou o menos conhecido *Hizb at-Tahrir*, partido pan-islamista espalhado em diversos países. Surgem, por outro lado, dentro de longo espectro de variações, agrupamentos com inspiração islamista guiados por projetos nacionalistas voltados a influenciar o cenário doméstico de seus respectivos países e comprometidos com o desenvolvimento de agendas transnacionais. HAMAS e *Hizbullah* enquadram-se nessa categoria.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO HAMAS (*HARAKAT AL-MUQĀWAMAT AL-ISLĀMIYYAH*) (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICA) E DO *HIZBULLAH* (PARTIDO DE DEUS)

Tanto o HAMAS quanto o *Hizbullah* nascem entre 1979 e 1991, isto é, entre a Revolução Iraniana e a Guerra do Golfo, auge do crescimento do islamismo político, quando o advento da República Islâmica no Irã e a *jihad* antissoviética no Afeganistão estimularam movimentos políticos no mundo árabe e muçulmano a adotarem maior assertividade em matéria de participação nas estruturas de poder, pela via imediatista, com implantação vertical de modelos de governar islamistas; ou pelo trabalho social, educacional e filantrópico, com a incorporação gradual de várias frações de suas sociedades à opção islamista; ou ambos (KEPPEL, 2002, p. 106-158).

2.1 HAMAS (*Harakat al-Muqāwamat al-Islāmiyyah* - Movimento de Resistência Islâmica)

O HAMAS (em árabe “zelo”, sendo acrônimo de *Harakat al-Muqaawama al-Islamiia* – Movimento de Resistência Islâmica) aparece como subdivisão do capítulo palestino da Irmandade Muçulmana (IM) presente na Faixa de Gaza, de conexões com a matriz egípcia². Os fundadores do Movimento, mesmo que sunitas, sentiram-

2 No território palestino da Cíjssordânia, os seguidores da Irmandade Muçulmana (IM) ligavam-se mais à ramificação jordaniana dessa confraria, a qual desenvolveu-se sem enfrentar problemas sensíveis com o Reino Hachemita, que governou o território cisjordânico entre 1948 e 1967. Ao contrário, na Faixa de Gaza, sob administração egípcia durante o citado intervalo de tempo, a Irmandade deparou-se com sistemática repressão do regime nasserista, o qual aplicava severa política de criminalização dos *ikhwaan*.

se encorajados pela vitória de Khomeini e distanciaram-se da Irmandade em Gaza ao discordarem dessa confraria no tocante à sua abordagem não confrontacionista em relação à ocupação israelense, porquanto os *Ikhuuan* preferiam ater-se basicamente aos serviços sociais, mediante os quais incorporavam mais filiados. Propenso a enfoque combativo, o HAMAS estreou como força popular em 1987, ano da I Intifada, como se fosse emanção política armada da Irmandade palestina. Emitiu a sua carta em 1988, cujo conteúdo aguerrido, de linguagem antijudaica, pregando a destruição de Israel e a recuperação da Palestina histórica, demarcava-se da “Declaração da Independência” da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – liderada pelo FATAH – a qual limitava o futuro Estado palestino à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, tendo Jerusalém como capital, correspondendo a 22% do território do Mandato da Palestina, administrado pelos britânicos.

No curso dos anos 90, o HAMAS desenvolveu sua institucionalidade e seu poder militar. Já consolidadas as suas fileiras, em 1992-1993, o grupo adquiriu a sua própria força paramilitar, as brigadas *Izzi Din al-Qassam*. O Movimento ganhou em apelo político junto à população palestina após os Acordos de Oslo em 1993-1994. À medida que as negociações de paz do FATAH/OLP e, posteriormente, da Autoridade Nacional Palestina (ANP) com Israel, facilitadas pela comunidade internacional, não proporcionavam o fim do conflito israelo-palestino e a constituição do Estado da Palestina, o HAMAS acumulava ainda maior legitimidade, passando a personificar, para parcelas ainda maiores da população palestina frustrada e politicamente radicalizada, a forma mais justa e efetiva de responder à ocupação israelense. O deslanchar da II Intifada ou Intifada de *al-Aqsa*, em 2000, reforçou ainda mais essa tendência. O ano de 2006 emergiu como o divisor de águas: o HAMAS venceu as eleições legislativas palestinas, obtendo maioria do Conselho Legislativo Palestino (CLP) e convertendo-se em parte do governo da ANP, sem reconhecer abertamente Israel. Reagiu em seguida à forte pressão internacional contrária, lidando, simultaneamente, com a oposição da OLP/FATAH. Em 2007, as *Izzi Din al-Qassam* tomaram a Faixa de Gaza, da qual os israelenses haviam-se retirado em 2005. Até hoje, o HAMAS administra o território da Faixa (HROUB, 2011, p. 161-181), em meio a sucessivas tentativas, sem resultado, de reconciliação com o FATAH e o restante da OLP.

O estabelecimento do HAMAS como partido nacionalista de orientação islamista veio sempre acompanhado de importante idiosincrasia, que, desde a concepção do grupo, marcou seu caráter transnacional: o fato de as suas lideranças encontrarem-se geograficamente apartadas, com seus segmentos localizados dentro e fora da Faixa de Gaza. O vértice do HAMAS dividir-se-ia entre a sua facção de Gaza, seus representantes na Cisjordânia, seus membros nas prisões de Israel e seu escritório político, que opera no exterior, com bases itinerantes (Jordânia, Síria, Catar), em função das alterações da política externa do Movimento, como será visto adiante. Agregam-se ainda as células do partido em campos de refugiados como os da Jordânia, do Líbano e da Síria, bem como correligionários da diáspora

palestina. A dispersão territorial dificultaria a harmonia do processo decisório entre, por exemplo, o escritório, as brigadas *Izzi Din al-Qassam* e seus deputados eleitos em 2006, sediados em Ramala. Consequentemente, a gestão da política externa do HAMAS sempre trouxe consigo o problema, latente ou manifesto, do risco de fragmentação (GLEIS; BERTI, 2012, p. 187; SEURAT, 2015a, p. 31-34).

2.2 Hizbullah (Partido de Deus)

O *Hizbullah* (em árabe, “Partido de Deus”) nasceu em 1983, durante a Guerra Civil no Líbano (1975-1990). Ele originou-se da crescente conscientização política da porção muçulmana xiita da sociedade libanesa. Essa coletividade não só sofria com longa história de pouco acesso aos nichos de poder e aguda exclusão socioeconômica e também sobressaiu como uma das vítimas colaterais mais gravemente prejudicadas pelo conflito entre Israel e o comando da OLP radicado no Sul do Líbano, recrudescido com investidas israelenses no território do Líbano em 1978 e 1982 (Operações Litani e Paz na Galileia). O *Hizbullah* inspira-se na doutrina de emancipação política e social do imã libanês-iraniano Musa as-Sadr, na Revolução Iraniana de 1979 e na consagração do seu regime do juriconsulto (*Uilayat al-Faqih*)³.

Primeiramente concebido como uma força pan-islamista, o “Partido de Deus” defendia a libertação do Líbano da ocupação israelense e condenava seus aliados internos, como as cristãs *Kata’ib* (Falanges), recusando-se a aceitar o sistema confessional que permeava o arcabouço político-administrativo do país. Efetivamente, nos anos 80, no contexto da Guerra Civil, o *Hizbullah* envolveu-se em vários flancos de batalha domésticos.

Os Acordos de Ta’if de 1989, entre as diversas facções beligerantes libanesas, proporcionaram a subsequente pacificação do Líbano e abriram nova era também para o *Hizbullah*. No transcurso dos anos 90, o partido firmou-se como o mais poderoso grupo xiita, mediante três frentes paralelas: a ampliação das obras sociais por entidades a ele associadas; sua conversão em sigla política, atuando em pleitos municipais e do Legislativo (sem, contudo, aderir ao Executivo); e a campanha pela liberação do sul da ocupação israelense, concluída em 2000. Na década seguinte, o *Hizbullah* manteve seu robustecimento político-militar, estreando no Executivo ao integrar, em 2005, o Conselho de Ministros, e frustrando a agressiva operação militar de Israel em 2006 – a “Guerra do Verão” –, a qual objetivava a destruição do “Partido de Deus” (NORTON, 2007; MOUSSAWI, 2010).

3 O *Uilayat al-Faqih* é linha doutrinária implantada no Irã pós-Revolução a qual, na linha tradicional estabelecida por autoridades religiosas xiitas desde o século XIX, reitera que autoridades clericais e jurídicas islâmicas têm precedência na exegese das leis corânicas e advoga que um governo islâmico, como o iraniano depois de 1979, deve guiar-se por liderança com capacidades teológico-jurídicas (MERVIN, 2017).

Existe, entre os estudiosos do *Hizbullah*, o debate se essa entidade teria no seu centro sua máquina política, à qual se subordinam distintas ramificações, entre elas a militar, ou se, ao contrário das demais legendas do Líbano, o núcleo partidário atrela-se a estrutura bélica bem maior – a Resistência Islâmica Libanesa –, que equivaleria à espinha dorsal da organização.⁴ Mesmo se correta a segunda hipótese, observa-se que o comando do *Hizbullah*, à diferença daquele do HAMAS, não traz distanciamento entre as lideranças civis e armadas. Enquadrando-se no vértice do organograma do agrupamento, o *Majlis ash-Shura* (Conselho de Deliberação), composto por sete membros (6 clérigos e 1 leigo), administraria conjuntamente esses universos temáticos. O processo decisório, em sua essência, permaneceria no Líbano, sem que haja nada análogo ao escritório político do HAMAS. A diáspora libanesa, em que pese suas proporções demográficas e econômicas, não exerceria papel político de destaque. Salvo nuances, o *Hizbullah* a trataria do mesmo modo que o fazem as outras siglas libanesas, limitando-se a aproveitar as potencialidades eleitorais dos expatriados e sua posse de recursos financeiros (PEARLMAN, 2014, p. 34-75). Tampouco o seu suposto órgão de segurança externa (mais conhecido como “ESO” – *External Security Operations*), identificado por serviços de inteligência ocidentais, possuiria gravidade política, ainda que se lhe atribua ponderável autonomia em suas movimentações. A única variável externa de relevo para a tomada de decisões pelo *Hizbullah* corresponde à figura do guia supremo iraniano como a “referência das tradições”⁵ – *marji’a al-taqalid* –, apto a traçar linhas de ação que cumpre ao *Majlis ash-Shura* segui-las (GLEIS e BERTI, 2012, p. 63; NORTON, 2007, p.100).

Deduz-se, assim, que a atuação do “Partido de Deus” no exterior, do ponto de vista de sua coordenação, é centralizada e hierarquizada. As instruções do guia, o componente externo da formulação de políticas, são transmitidas verticalmente, minorando o risco de desalinhamento na cadeia de comando.

4 Para determinados autores, a estrutura militar e de segurança do Hizbullah, de funcionamento praticamente secreto, está formalmente adjunta ao Majlis ash-Shura, embora, na prática responda diretamente ao secretário-geral (HAMZEH, 2004). Outros vão além e invertem a relação entre a legenda e seu braço armado. Entendem que o “Partido de Deus” seja o prolongamento da “resistência islâmica libanesa” (RIL), plataforma que se sedimentou ao longo dos anos e que precederia a fundação da sigla. Assim, no organograma do Hizbullah, haveria conselho militar com a prerrogativa de supervisionar a RIL. Aparentemente, o conselho seria presidido pelo secretário-geral, mas em seu papel de responsável primordial pela RIL. Aliás, especula-se que a eleição do líder da RIL desenrola-se antes da eleição do secretário-geral, o que denotaria a precedência do segmento militar e da segurança sobre o restante do partido (DAHER, 2014).

5 A ideia de “referência das tradições, ou *marji’a al-taqalid*, insceve-se no pensamento teológico-jurídico xiita desde o século XIX, estipulando que os devotos religiosos devem obedecer preceitos das mais capazes autoridades religiosas, chamadas de “referência” (*marja’*). Coaduna-se com a doutrina do *Uilayat al-Faqih* sacramentada pela Revolução Iraniana, a qual levava a identificar o primeiro “guia supremo” *ayatollah Ruhollah Khomeini* como a mais importante *marja’*. O atual “guia supremo”, *ayatollah Ali Khamenei*, entretanto, é pouco reconhecido como *marja’* dentro da comunidade xiita, especialmente fora do Irã. (MERVIN, 2017; NASR 2006).

3 AS POLÍTICAS EXTERNAS DO HAMAS (BARAKAT AL-MUQĀWAMAT AL-ISLĀMIYYAH (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICA) E DO HIZBULLAH (PARTIDO DE DEUS) ATÉ A PRIMAVERA ÁRABE

O exame das opções diplomáticas do HAMAS e do *Hizbullah* ilustra quão acertado é o raciocínio de Halliday (2001) de que forças transnacionais, a despeito de sua capacidade de transpassar os limites geográficos e políticos de seus lugares de origem, ou até mesmo pela ousadia deles, têm de equilibrar-se em meio ao jogo de força de outras potências, buscando maximizar as vantagens políticas e econômicas de suas relações com atores estatais e até outros agentes não estatais. Componentes ideológicos incidem no desenho das agendas externas desses movimentos, com distintas intensidades.

3.1 A Política Externa do HAMAS (Harakat Al-Muqāwamat Al-Islāmiyyah (Movimento De Resistência Islâmica) no Oriente Médio

No que tange ao diálogo do HAMAS com os Estados árabes e muçulmanos, pode-se argumentar que sua política externa, entre 1987, data da primeira aparição do Movimento, e 2011, quando da eclosão da Primavera Árabe, guiou-se pelo ímpeto de se beneficiar do suporte político, financeiro e logístico de governos do Oriente Médio e do mundo islâmico tanto para a sua campanha político-militar contra Israel quanto para antagonizar o FATAH, esforçando-se em esquivar-se do ônus que as desavenças entre esses países e desses países com outros atores não estatais poderiam produzir para a causa do Movimento. A consecução dessa política, posto que relativamente exitosa, não se manifestou linearmente, mas com oscilações que, até a Primavera Árabe, conseguiram ser administradas a ponto de não comprometer as relações do HAMAS com as potências com as quais lidava. Contradições em enunciados ou ações da diplomacia do partido, muitas vezes, revelavam-se produto justamente do processo decisório mais descentralizado, com discordâncias entre, de um lado, o seu polo exterior – o escritório político – e, de outro, os decisores nos territórios palestinos, sobretudo na Faixa de Gaza.

Generalizando, antes de 2011, distinguir-se-iam três grupos de países no mundo árabe e islâmico com os quais o HAMAS interagiu. O primeiro compreendia Estados que consideravam o Movimento como potencial ameaça à sua segurança, na condição de modelo de organização islamista, com risco de ser emulada por segmentos religiosos locais, vulneráveis à radicalização. Países do Magreb como a Argélia, o Marrocos e a Tunísia pré-Primavera Árabe incluem-se nesse grupo (HROUB, 2006, p. 103-113).

Segunda categoria abarcaria o Egito do mandato de Hosni Mubarak e as petromonarquias árabe-sunitas do Golfo, que cultivavam elos declarados com o HAMAS escorando-se em cálculos geopolíticos e de segurança distintos até

determinado ponto. O Cairo assegurava nexos com o agrupamento para capitalizar-se na comunidade internacional como intermediário no conflito israelo-palestino e intra-palestino, de vez que os egípcios desfrutavam de relações oficiais com Israel e forte trânsito junto à OLP. Os Estados ricos do Golfo como Catar, Arábia Saudita e Kuwait e começaram a fornecer cada vez maior apoio financeiro e humanitário ao HAMAS e à Faixa de Gaza após a I Guerra do Golfo, em 1991, quando a OLP franqueou seu apoio ao Iraque de Saddam Hussein mesmo diante da pressão do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e do Ocidente para exigir de Hussein a retirada das tropas iraquianas do território kuwaitiano. A crescente boa vontade do Golfo para com o HAMAS espelhava a insatisfação com a posição esposada por Yasser Arafat em prol de Bagdá, passivo contraído pela OLP que a diplomacia do movimento palestino islamista, para majorar as suas credenciais políticas em detrimento daquela organização, utilizava no diálogo com seus benfeitores do Golfo, como contraponto à sua linha de não intervir em assuntos domésticos de outros países (SEURAT, 2015a, p. 134-136).

À semelhança do Egito, Arábia Saudita e Catar voluntariaram-se a mediar os contatos entre o HAMAS e o FATAH. Outra motivação convergente entre esses países para interagirem com o Movimento decorria da preocupação em conter sua aproximação com o Irã, visto pelo CCG como uma das principais ameaças ao seu entorno geopolítico. Entre os governos de países de maioria muçulmana não-árabes, formalizaram relações com o HAMAS Indonésia, Malásia, Paquistão e Turquia, sendo que, neste último país, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), legenda no poder e braço turco dos *Ikhuwaan*, já fomentava contatos com a referida sigla palestina (HROUB, 2006, p. 103-113).

Merecem atenção as relações do HAMAS com a Jordânia que, entre 1987 e 2011, moveram-se entre a primeira e a segunda tipologias de países. De início, a monarquia Hachemita acolheu a cúpula do Movimento, que decidiu sediar o seu escritório político em Amã. Os jordanianos apostavam em que permitir a fixação das lideranças do HAMAS serviria como elemento de barganha junto à OLP, incrementando o capital político do Reino como mediador intra-palestino. A movimentação cada vez mais livre de seus quadros e seu trânsito junto à vertente local da IM, sempre objeto de desconfiança da inteligência jordaniana, acarretaram, com o tempo, alteração da posição política do Reino: em 1999, o escritório político do HAMAS foi fechado e seus membros expulsos (CHAMMA, 2016, p. 44-68; CHEHAB, 2007, p. 129-172).

O terceiro conjunto englobaria os regimes de viés mais anti-Israel e, muitas vezes, com histórico de desentendimento ou enfrentamento com o Ocidente: Irã, Líbano, Líbia, Síria e Sudão. O HAMAS construiu vínculos efetivos com esses governos, principalmente com o iraniano e o sírio, que se tornaram seus sócios estratégicos a partir dos anos 90. Teerã investiu em seus laços com o Movimento à luz da centralidade da Questão Palestina para a sua política externa revolucionária e dos desencontros políticos e ideológicos com a OLP, avessa à islamização de suas fileiras, proclive a negociar com Israel e o Ocidente sobre a Palestina e refratária a

apoiar o Irã em seu conflito com o Iraque entre 1981 e 1989 (CHEHAB, 2007, p. 129-172; HROUB, 2006, p. 103-113).

A diplomacia iraniana também preferiria o HAMAS ao *Jihad* Islâmico, terceiro maior partido e milícia da Palestina, o que revela o corte mais pragmático e realista das escolhas de Teerã. O *Jihad*, apesar de sunita, fundou-se inspirado no triunfo de Khomeini em 1979 e na sua via revolucionária de islamização, incorporando a doutrina do *Uilayat al-Faqih* e submetendo-se à orientação do guia supremo. A maior afinidade ideológica não impediu, contudo, que o Irã decidisse canalizar mais recursos para o HAMAS, aparamentado de muito superior envergadura política e social, mas que jamais negou totalmente as suas raízes da Irmandade. O apoio iraniano deu seus primeiros passos após a I Guerra do Golfo, robustecendo-se com a rejeição do HAMAS aos Acordos de Oslo em 1993-1994 e assumindo papel vital em 2006, quando a vitória no pleito legislativo fez o Movimento virar governo, deparando-se logo em seguida com a condenação internacional, consubstanciada na sua segregação política e financeira. A assistência do regime dos *ayatollahs*, único no Oriente Médio a romper o confinamento de Gaza, desdobrava-se em vários domínios: o diplomático, o econômico, o humanitário (proventos para as famílias dos combatentes mortos) e, mais importante de todos, o militar, com o despacho marítimo de armas para a Faixa. Com sua solidariedade, o Irã conseguiu encaixar definitivamente o HAMAS em seu círculo de aliados (CHAMMA, 2016, p. 44-68; CHEHAB, 2007; HROUB, 2006, p. 103-113).

Ainda mais do que o Irã, seu aliado, a Síria, com o seu sistema político laico e autoritário, cimentou, ao longo dos anos 90, relações privilegiadas com o HAMAS que atendiam a critérios pragmáticos e de equilíbrio de poder regional do regime dos al-Assad. Os sírios tinham na instrumentalização da causa palestina um de seus mais valiosos ativos para compensar em parte a inferioridade de suas capacidades bélicas e econômicas não só perante a Israel, mas, igualmente, em face de outras potências médias da região com as quais competia pela liderança do mundo árabe: Arábia Saudita, Egito e Iraque. Outro aspecto crucial da diretriz síria de representar-se como o bastião da luta pela libertação da Palestina consistia em empregar facções dentro e fora da OLP como vetor para sustar ou, pelo menos, desestabilizar as negociações de acordos de paz entre, de um lado, Tel Aviv e, de outro, a OLP e os países árabes diretamente envolvidos na Guerra dos Seis, para que as tratativas pela recuperação dos territórios capturados por Israel fossem conjuntas e, não separadas.⁶ O patrocínio a dissidências palestinas levava ao confronto com o FATAH

6 Após a III Guerra Árabe-Israelense ou Guerra do Yom Kippur, em 1973, notou-se longo processo de negociações diplomáticas em que os países árabes mais diretamente envolvidos no referido conflito inclinaram-se a negociar a paz diretamente com Israel, sem atrelar as conversações à Questão Palestina. O Egito foi o primeiro a selar entendimento desse tipo, com os Acordos de Camp David, assinados em 1979. Em 1994, foi a vez da Jordânia, com o Tratado de Paz de Wadi Araba. A própria Síria engajou-se em contatos com Tel Aviv para encontrar solução para o problema do Golã ocupado, sem que tivessem prosperado.

(Movimento de Libertação da Palestina) de Arafat. Já nos anos 80, Damasco atraiu para a sua órbita grupos dissidentes como a Frente Popular para a Libertação da Palestina – Comando Geral (FPLP-CG), o FATAH Intifada, o *as-Saa'iqqa*, entre outros. Esses partidos-milícias, norteados por ideologias socialistas e nacionalistas, transferiram seus centros decisórios para a Síria (CHAMMA, 2016, p. 44-68; CHEHAB, 2007, p. 129-172; STRINDBERG, 2000, p. 60-76).

Debilitadas nos anos 90, as siglas esquerdistas e nacionalistas palestinas perderam sua prioridade para o governo do *Ba'th* sírio, que notou a ascensão dos islamistas HAMAS e (secundariamente) *Jihad* Islâmico como os mais poderosos concorrentes do FATAH nos territórios palestinos. O Movimento, que anteriormente instalara representação na capital jordaniana, transplantou seu escritório político em 1999 para Damasco, na sequência de sua expulsão de Amã, alentando a cooperação política e logística com o governo al-Assad – a qual se incrementaria até a deflagração da Primavera Árabe – e concatenando com as demais facções anti-Acordos de Oslo a Aliança das Forças Palestinas (CHAMMA, 2016, p. 44-68; CHEHAB, 2007, p. 129-172; STRINDBERG, 2000, p. 60-76).

3. 2 A Política Externa do *Hizbullah* no Oriente Médio

Se a diplomacia do HAMAS dependia de unidades decisórias não completamente alinhadas entre si, dentro e fora dos territórios palestinos ocupados, tendo como motrizes a necessidade de parcerias estratégicas para angariar recursos econômicos e militares em sua campanha contra Israel (e, após 2006, na gestão da Faixa de Gaza), o *Hizbullah*, por sua vez, conseguiu criar sua própria diplomacia aproveitando-se da estrutural debilidade do Estado libanês. O sistema político desse país, alicerçado em lógica comunitária e clientelística, enfraquecia o aparelho estatal diante dos interesses das formações partidárias de lastro confessional, dotadas de meios próprios para tecer suas redes internacionais de patrocínio. Assim, a política externa oficial, implementada pelo governo, conviveu, em muitos dos períodos da história do Líbano independente, com paradiplomacias encabeçadas por esses agrupamentos, que, com frequência, granjeavam apoio não só de correligionários na diáspora, mas, igualmente, de outros países (SALLOUKH, 2008, p. 283-317; WILKINS, 2016, p. 155-166).

O *Hizbullah* não fugiria a esse padrão. Seu vice-secretário-geral, Naim Qassem, em descrição do programa internacional de sua organização, constatou, por um lado, haver historicamente relações exitosas com o Irã pós-1979 devido a três circunstâncias: o “Partido de Deus” comungaria da doutrina do *Uilayat al-Faqih*, a qual, ao acolher o guia supremo como referência principal para a doutrina islâmica, aceita a sua figura de liderança; veria como inspiração o modelo de Estado islamista iraniano; e concordaria com a posição de rejeitar a hegemonia americana e secundar movimentos de liberação, em especial os que lutam contra a ocupação israelense.

Adicionalmente, Qassem entendeu que Teerã percebia o *Hizbullah* como agente municiado de práticas inovativas e eficientes para contrarrestar o expansionismo de Israel e interpretou que a cooperação entre as duas partes transcenderia, no Irã, os descompassos entre reformistas e conservadores, visto que ambos, em idêntica medida, reputariam o “Partido de Deus” como aliado indispensável (QASSEM, 2010, p. 387-393).

O discurso do vice-secretário-geral do *Hizbullah*, que, de resto, coaduna-se com as alusões ao Irã e ao seu papel no Oriente Médio na Carta Aberta da organização, de 1985, e no seu Manifesto, de 2009, é evocativo de que o “Partido de Deus” não só vem reservando, desde sua origem, absoluta importância à sua relação com Teerã, mas que lhe confere perfil orgânico. Entretanto, ao contrário do que apregoa Qassem, detectaram-se flutuações no grau de comprometimento do governo do Irã em matéria de aportes financeiros e militares, bem como no favoritismo ao *Hizbullah*. Na gestão reformista do presidente iraniano Mohammad Khatami (1997-2005), os subsídios declinaram sensivelmente, e Khatami estreou estratégia diplomática para o Líbano mais aberta para as demais confissões e partidos. Além disso, há de se ter presente que a cada vez maior projeção do “Partido de Deus” no campo xiita libanês trouxe-lhe novas fontes de recursos, o que lhe emancipou parcialmente do patrocínio de Teerã (CHEHABI, 2006, p. 287-308).

Mesmo com essas mudanças, não se questiona o denso esteio político-ideológico-doutrinário que impulsiona a aproximação entre o *Hizbullah* e o Estado iraniano. Soma-se a isso o valor estratégico do “Partido de Deus” para o Irã não só por destacar-se como a única milícia capaz de frustrar operações israelenses e apta a lançar guerra assimétrica por procuração contra Israel, mas por ter reunido, graças aos seus sucessos político-militares entre os anos 90 e a irrupção da Primavera Árabe, ativos políticos e simbólicos que habilitariam o grupo xiita libanês a trabalhar como intermediário para o Irã entre os mundos árabe e persa ou entre as coletividades xiita e sunita do Oriente Médio (QASSEM, 2010, p. 387-393, HUSSEINI, 2010, p. 809-811).

No atinente à Síria, o *Hizbullah* costurou com seu governo relações preferenciais, as quais tornaram o regime dos al-Assad a engrenagem logística e militar entre o “Partido de Deus” e o Irã, seu maior benfeitor. Ainda assim, houve, primeiramente, a necessidade de superar desencontros herdados da Guerra Civil. Damasco não só tinha no começo apoiado milícias cristãs contra a OLP, como, nos anos 80, privilegiava a agremiação rival xiita AMAL, instituída pelo próprio imã as-Sadr e chefiada, após a morte do clérigo, em 1978, por Nabih Berri, atual presidente do poder legislativo do Líbano. No pós-Guerra, a Síria, para erigir a arquitetura de equilíbrio interpartidário libanês que assegurasse a sua tutela, incentivou a unificação do bloco xiita pelo apaziguamento entre o AMAL e o “Partido de Deus”. Este último, com o consentimento sírio, não se desarmou e pôde realizar nos anos 90 a campanha de recuperação do sul do Líbano, o que, tal como para o Irã, abriu para o

regime dos al-Assad confortável flanco indireto de pressão militar contra Israel, ativo geopolítico para sua meta de longa duração de reaver os territórios ocupados do Golã. Os enlaces Síria-*Hizbullah* não foram postos em xeque pela retirada das tropas sírias em 2005, em cumprimento da Resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotada no ano anterior.⁷ Ao contrário, o *Hizbullah* passou a protagonizar, na política interna libanesa, a coalizão partidária pró-Assad do 8 de Março (integrada também pelo AMAL e outras siglas), em contraposição ao 14 de Março (ocidentalista e pró-Arábia Saudita).

Ressalva-se que o apoio sírio até a Primavera Árabe, por mais sólidos que fossem seus contornos estratégicos, não assumiu a mesma qualidade orgânica dos laços entre o *Hizbullah* e os iranianos: encaminhou-se de clima de desconfiança para a cooperação em segurança e inteligência até transmutar-se em plena sintonia política, fundada na interdependência estratégica: Damasco – sobretudo após 2005 – precisando do “Partido de Deus” para preservar sua influência no Líbano e este último contando com a permissão síria para o trânsito de armamentos (QASSEM, 2010, p. 393-399, HUSSEINI, 2010, p. 810-811).

O programa político do *Hizbullah*, que preconizava combate à ocupação israelense no Líbano e na Palestina, bem como sua filiação político-ideológica ao Irã e sua colaboração estratégica com a Síria colocavam o partido-milícia libanês em posição de animosidade ante a maioria dos países árabes, os quais, cada um ao seu modo, foram enveredando por tratamento mais pragmático com Israel (não obstante o zelo pela retórica pró-palestina), ao mesmo tempo em que temiam a expansão geopolítica iraniana no Oriente Médio e condenavam a cada vez mais consistente

7 A Resolução 1559 do CSNU foi aprovada em 6 de junho de 2004, em contexto de grande tensão interna no Líbano, quando a Síria procurava que o Parlamento libanês sancionasse emenda para prorrogar o mandato do presidente Émile Lahoud, próximo a Damasco. A medida foi combatida por número crescente de políticos libaneses, liderados pelo ex-primeiro-ministro Rafic Hariri, que se tornara o mais tenaz opositor à tutela síria, apesar de, por muitos anos, ter cooperado com importantes autoridades do país vizinho, como o próprio presidente Hafez al-Assad e o então vice-presidente Abdel al-Halim Khaddam. A Resolução exortava a garantir a “soberania, integridade territorial, unidade e independência política do Líbano”, exigindo, portanto: a retirada de todas as forças remanescentes (estrangeiras) do Líbano, o que obviamente incluía a Síria; e a desarticulação e desarmamento de todas as milícias, libanesas e não libanesas (o *Hizbullah* e os diversos grupos palestinos). O documento também expressava o apoio do Conselho a que o governo libanês estendesse seu controle sobre todo o território do país, com o evidente objetivo de neutralizar a presença do “Partido de Deus” em áreas como o sul do Líbano e o Vale do Bekaa. Mencionava igualmente a necessidade de que as eleições presidenciais transcorressem de modo livre e justo, em consonância com a constituição do Líbano e sem interferência exterior. Análises indicam que a adoção da Resolução 1559 resultou de grande empenho diplomático EUA-França. Os norte-americanos, em plena campanha pela mudança de regimes vistos como hostis para Washington, ambicionavam que a aplicação do texto, com a neutralização da presença síria no Líbano, levasse este país a livrar-se da manipulação síria e se tornasse mesmo “cabeça-de-ponte” ocidental contra o regime dos al-Assad. Paris, por sua vez, atuava com agenda em muito formulada com o ex-premiê Hariri, político muito relacionado com o então presidente Jacques Chirac (SALLOUKH, 2009).

associação entre Teerã e Damasco. O *Hizbullah*, entre seu nascimento e a Primavera Árabe, não desfrutou de boas relações com quase nenhum dos países árabes, que o percebiam como uma das extremidades do “crescente xiita”, conforme definição do rei da Jordânia Abdullah II. Claro, situações particulares, como o Iraque pós-Saddam Hussein, em que a maioria populacional xiita passou a ter voz na política, ou o Sudão até recentemente, por força de suas relações com o Irã, concedem ou concediam margem para as atividades políticas (como abertura de escritórios) e milicianas do “Partido de Deus” (QASSEM, 2010, p. 400-403; ‘ALI, 2016).

4 AS RELAÇÕES HIZBULLAH-HAMAS ATÉ A PRIMAVERA ÁRABE

4.1 Os fatores políticos, militares e organizacionais

As coordenadas das políticas externas do HAMAS e do *Hizbullah* na região do Oriente Médio, até a Primavera Árabe, como acima resumido, coincidiram na seleção de seus principais patrocinadores estatais: Irã e Síria. O amparo sírio-iraniano a esses dois agentes não estatais já bastaria para selar a chamada “aliança dos rejeicionistas”. Contrariamente à qualificação do monarca jordaniano de que o arcabouço religioso-ideológico xiita iraniano alavancava o aludido bloco, prevalecia substrato realista nessa aliança, seguindo a definição do internacionalista Stephen Walt. Isto é, os seus integrantes aproximavam-se entre si com vistas a, primordialmente, forjar maior equilíbrio de força perante os dois atores que lhes representavam a maior fonte de ameaça: Israel e EUA (SALLOUKH, 2013, p. 33-35; WALT, 1985, p. 3-41).

Apesar da predominância do caráter estratégico, a lógica de reequacionamento de poder buscada pelos “rejeicionistas” frente aos EUA e a Israel vinha também preenchida por acervo ideológico coletivo, ainda que parcialmente amorfo. Subjacente às flagrantes disjuntivas entre o laicismo do *Ba’th* sírio e o *Uilayat al-Faqih* iraniano, Damasco e Teerã ostentavam políticas e discursos impregnados de visões terceiro-mundistas, antissionistas e anti-imperialistas, afixando-se esses dois países como a vanguarda da luta contra tentativas externas de mudança de regime, a exemplo do projeto “Grande Oriente Médio” levado a cabo pela administração republicana nos EUA do presidente George W. Bush (2000-2008). O HAMAS, elo mais fraco em capacidades da aliança, apegava-se a esse patrimônio discursivo. Apegava-se mais, no entanto, à confiança em seu cálculo geopolítico de que Damasco e Teerã dispunham-se a apoiá-lo militarmente mais do que qualquer outra potência árabe e muçulmana (DOT-POUILLARD, 2013, p. 264-275).

Os critérios da diplomacia do *Hizbullah* eram mais rigorosos do ponto de vista ideológico do que os do HAMAS, pelo menos no que toca ao Irã. O “Partido de Deus” comungava da mesma pauta de princípios norteadores da Revolução Islâmica iraniana de 1979, o que garantia que pelo menos uma das terminações dos feixes

de colaboração dentro do “crescente” fosse de padrão genuinamente ideológico, conquanto respaldada materialmente.

Coerente com o exposto, ao examinar-se pontualmente o feixe HAMAS-*Hizbullah* no seio da “aliança dos rejeicionistas”, tem-se que, nas últimas três décadas e até 2011, sua dinâmica evidenciava delineamentos muito próprios, mas sempre potencializados pela hostilidade comum para com Israel, manifestada tanto em termos doutrinários como estratégico-militares e políticos.

Decerto, pode-se argumentar que o “Partido de Deus” permaneceu rígido em seu antissionismo, pois sua campanha contra Israel circunscrevia-se à liberação do sul do Líbano, havendo bem menos envolvimento real no combate à ocupação israelense nos territórios palestinos, ao passo que o HAMAS, nos últimos anos, sujeito a todos os condicionantes do cerco a Gaza, tem ensaiado táticas de acomodação que se intercalam com o enfrentamento aberto com Israel, a exemplo da adoção do conceito corânico da *hudna*⁸ (GLEIS, BERTI, 2012, p. 189).

Salienta-se que essas diferenças, por mais relevantes que se afigurem, são de ênfase, mas, não, de fundo. Derivariam dos meios materiais e das capacidades organizativas disponíveis dos dois grupos para conseguirem pôr em prática suas metas “de resistência” a Israel. Acabariam determinadas, em última instância, pelas restrições geopolíticas que a subregião do Levante impõe aos dois grupos não estatais, como, principalmente, a presença de Israel, cujo aparato militar e de segurança funciona vigorosamente para minar o HAMAS e o *Hizbullah*, logrando mais resultados no primeiro caso. Afinal, o “Partido de Deus”, desde o fim da Guerra da Civil, tendo cada vez maior controle do sul do Líbano, tendia a sair refortalecido dos embates com as Forças de Defesa de Israel (FDI), até diante de suas operações de maior escala, como a *Accountability* (1993) e a *Vinhas da Ira* (1996), para não citar a “Guerra do Verão” de 2006.

Aliás, as dificuldades no enfrentamento com Israel, mais agudas para o HAMAS e menores para o *Hizbullah* (cuja moldura político-institucional-militar tem-se sofisticado ao longo dos anos) concorreriam para definir o traço sugestivo das relações entre essas duas entidades: a tendência do grupo palestino a perceber no seu congênere libanês modelo a ser emulado, detalhe que se comenta mais abaixo.

A gradual inserção do HAMAS no próprio espaço libanês adicionaria outro ingrediente, de ordem política e de segurança, para a sua interação construtiva com

8 A *hudna* (trégua) é conceito tático e político tradicionalmente empregado pelo HAMAS, inspirado em referências corânicas, que se inscreve no marco das práticas de resistência à ocupação israelense junto com as atividades militares. O HAMAS admite que recorreria à *hudna* toda vez que as necessidades da população palestina, sobretudo por força das difíceis condições econômicas e humanitárias, obriguem seus dirigentes a frear o enfrentamento armado com Israel para entrar em intervalos de calmaria que permitam o recobro das capacidades da sociedade palestina e do próprio Movimento. Embora a *hudna* traga como corolário a negociação com os israelenses, o HAMAS nega que tratativas com seu adversário signifiquem o reconhecimento de Israel (SEURAT, 2015a).

o *Hizbullah*. Desde os anos 90, o Movimento tem-se assentado e recrutado cada vez mais adeptos nos 12 campos de refugiados palestinos no Líbano, onde as Forças Armadas Libanesas (FAL) não podem entrar (com a exceção, desde 2007, do campo de Nahr el-Bared). A inexistência de patrulhamento militar libanês deixa a segurança desses lugares nas mãos das sucursais de numerosos partidos palestinos, que disputam entre si o domínio desses territórios. Essas rivalidades frequentemente desembocam em conflitos com potencial risco de transbordamento para perímetros adjacentes, habitados por populações libanesas, inclusive de denominação xiita, com alto percentual de simpatizantes e correligionários do *Hizbullah*. Os campos de Chatila e Burj Barajneh, por exemplo, localizam-se no cinturão periférico de Beirute, zona de jurisdição informal do “Partido de Deus”.

Com efeito, afinar-se com as lideranças do HAMAS e de outros agrupamentos palestinos (nacionalistas, esquerdistas ou islamistas) tem-se revestido de suma importância para o *Hizbullah* na arbitragem das rixas nos campos e no exercício de desarticular ameaça ainda mais preocupante nos últimos 20 anos: a multiplicação de células extremistas sunitas palestinas que prestam obediência à rede terrorista *al-Qa’ida*.

Recorda-se ainda que o HAMAS sempre reprisou a linha de não interferir na política doméstica libanesa, distanciando-se da negativa imagem legada pelo FATAH e pela OLP durante a Guerra Civil, quando foram atores determinantes nas primeiras fases desse conflito (DOT-POUILLARD, 2015; SEURAT, 2015a, p. 134-136).

Além disso, no organograma do “Partido de Deus”, reparam-se pensamentos, instituições e iniciativas dirigidas à Questão da Palestina. Para começar, a aspiração pelo retorno da *‘Uma* islâmica, peça discursiva do *Hizbullah*, imbrica-se com o anseio fundamental, apesar de retórico, de libertação de Jerusalém pelo *jihad*, o que serve, concretamente, para construir a ponte entre o xiismo e o sunismo, ou entre iranianos e árabes. O *at-Tayyar al-Islami* (a “corrente islâmica”) é a rede de coordenação descentralizada usada pelo “Partido de Deus” para amalgamar as organizações muçulmanas que lhe são simpáticas, independentemente de suas origens nacionais e cortes confessionais, a exemplo do próprio HAMAS, mas, também do *Jihad* Islâmico palestino e até da seccional da Irmandade Muçulmana (IM) no Líbano. O politburo, ente de assessoria do *Majlis ash-Shura* e do secretário-geral, possui diversos comitês, entre eles o de assuntos palestinos, dedicado a estreitar o diálogo com o HAMAS e outros grupos palestinos que repudiam os Acordos de Oslo. O comitê promove também atividades políticas em campos de refugiados palestinos. (HAMZEH, 2004, p. 42-43, 66-68).

Dotado o *Hizbullah* de aparato para agilizar a comunicação com o HAMAS, as declarações de seus líderes sobre todos os aspectos da Questão da Palestina conformam-se com a visão do grupo islamista palestino. O rechaço à Iniciativa Árabe de Paz de 2002 denota caso patente. Esse dispositivo da diplomacia árabe visava terminar com o conflito israelo-palestino, quando este atravessava uma

de suas fases mais agudas, com a II Intifada ou Intifada de *al-Aqsa*. A Iniciativa, entabulada pela Arábia Saudita, propunha a aceitação pelos israelenses da criação de Estado palestino em troca do reconhecimento de Israel pelos 22 membros da Liga dos Estados Árabes (LEA) e pelos 57 integrantes da Organização da Cooperação Islâmica (OCI). O Líbano, além da própria Síria (que o tutelava) e demais integrantes da Liga, aderiu à proposta de Riade, com o sustento de todos os seus partidos cristãos, sunitas e mesmo o xiita AMAL de Nabih Berri (NIR, 2011, p. 153-154). O único grupo libanês a desqualificar a mobilização diplomática árabe foi o *Hizbullah*, em consonância com a abordagem rejeicionista do HAMAS, ecoada pelo Irã.

Acoplava-se à ação do *Hizbullah* de apoio diplomático ao HAMAS estratégia de mídia. No contexto da II Intifada, a *al-Manar*, sua estação televisiva – também conhecida como o “canal da resistência” – transmitia diariamente imagens e reportagens advogando ferrenhamente pela causa palestina diante das agressões israelenses.

Outra modalidade de auxílio do “Partido de Deus” ao movimento islâmico palestino seria a militar. Trata-se de tema, porém, controverso, porque a maior quantidade das informações a respeito provém de fontes de inteligência de Israel e dos EUA, com a possibilidade de que a desclassificação de tais dados ocorra com o propósito de convencer outros governos e a opinião pública mundial quanto à natureza belicosa e terrorista imputada por Washington e Tel Aviv ao HAMAS e ao *Hizbullah*.

De toda maneira, levantamentos sobre a movimentação internacional do partido-milícia libanês alegam que ele, desde os anos 90, estruturaria rede de agentes para secundar o HAMAS e o *Jihad* Islâmico em suas operações dentro da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Essa “força-tarefa”, denominada Unidade 1800, possivelmente subordinada ao ESO, devotar-se-ia à infiltração nos territórios palestinos ocupados e à arrecadação de fundos para os dois grupos, bem como à facilitação da entrega clandestina desses recursos e de armas. Similarmente, a Unidade 1800 mover-se-ia em países europeus para fazer recrutamento de simpatizantes à causa palestina. O trabalho de arregimentação estender-se-ia ainda às comunidades árabes beduínas em território israelense. Especula-se, igualmente, quanto ao envio de armas do Irã pelo Mar Vermelho, passando por portos no Sudão, onde o *Hizbullah* teria fixado células (LEVITT, 2013, p. 208-237; AL-MODON, 2016).

A “Guerra do Verão” em 2006, envolvendo Israel, *Hizbullah* e o HAMAS, despontaria como episódio em que se teria verificado acentuada solidariedade político-militar entre os dois partidos, com suposto concurso da Síria. Em 25/06 daquele ano, o soldado israelense Gilad Shalit fora capturado na passagem de Kerem Shalom, nos limites da Faixa de Gaza, tornando-se refém do HAMAS. Dias depois, dois caças de Israel, violando o espaço aéreo da Síria, sobrevoaram o palácio de verão do presidente Bachar al-Assad, em Latáquia, como ato de intimidação ao regime sírio, no entendimento de que Damasco teria instruído a abdução de

Shalit. Em 12 de junho de 2006, o *Hizbullah* sequestrava mais dois comandos das FDI, deflagrando pesada intervenção israelense em território libanês, a qual teve fim somente após 34 dias de combates, entremeados por intensa mediação da comunidade internacional, nomeadamente EUA e França.

Para analistas como David Hirst, as ações conduzidas pelo *Hizbullah* e pelo HAMAS estariam associadas política e emocionalmente, pairando a suspeita de que a coordenação teve lugar igualmente na esfera operacional. Mais uma vez conforme dados filtrados da inteligência israelense para a imprensa, o HAMAS em Gaza, seu escritório político em Damasco e o “Partido de Deus” comunicavam-se anteriormente para alinhar suas investidas contra Israel (HIRST, 2010, p. 328-332). Outra conjectura é se as milícias do HAMAS localizadas no sul libanês e na periferia de Beirute engrossaram as fileiras do *Hizbullah* enquanto este enfrentava as FDI. Oficialmente, Nasrallah não teria pedido apoio aos palestinos, mas seria difícil imaginar a inação das milícias palestinas no Líbano sob maciço ataque israelense (HAMMAAR, 2014).⁹

A operação “Chumbo Fundido”, conjunto de pesadas manobras israelenses entre 2008 e 2009, que almejava à erradicação do HAMAS na Faixa de Gaza, externou novamente o engajamento político do *Hizbullah* com a crise na Faixa, muito superior em tom ao de todos os demais governos árabes. Conquanto não se tenha testemunhado, nessa conjuntura, ímpeto da milícia libanesa de duplicar frente armada contra Israel, Nasrallah instruiu suas tropas a ficarem de prontidão. O líder xiita, ciente dos custos humanos e materiais da Guerra de 2006, ao invés de empreender assalto militar que poderia trazer consequências ainda mais lesivas para o seu país, aferrou-se à guerra midiática. Fez reverberar suas declarações atacando não só o governo israelense, mas, também, o Egito, então sob a presidência de Hosni Mubarak. Este, nas palavras do secretário-geral do *Hizbullah*, agia em concertação com Tel Aviv para eliminar o HAMAS, de vez que mantinha fechada a passagem de Rafa, entre a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, única via de escoamento de mercadorias entre a Faixa e país árabe, vital para a sobrevivência da economia daquele território acometido naquele momento pelo cerco de Israel. (HIRST, 2010, p. 402-406).

Se, do lado do *Hizbullah*, as relações com o HAMAS encaixavam-se no papel do “Partido de Deus” de, concomitantemente com a sua atuação como partido no Líbano, fazer apologia – mesmo que retórica – da ‘Uma islâmica e servir de liga entre as constelações de movimentos xiitas e sunitas no Oriente Médio,

9 O autor, que realizava missão na Embaixada do Brasil em Damasco quando da guerra entre Israel e o Hizbullah, recebeu de fonte local o seguinte indício – indireto – do envolvimento do HAMAS no sul do Líbano: hospital em Damasco dedicado a atender a comunidade de palestinos na Síria ficara repleto de feridos de guerra, possivelmente combatentes retirados do Líbano. Elevadas autoridades do Movimento, em provável gesto de agradecimento e no intuito de confortar os pacientes, visitavam aquele centro de saúde.

cooperando para expandir o “arco dos rejeicionistas” liderado pelo Irã, o HAMAS, por sua vez, ancorava-se no *Hizbullah* à semelhança do que fazia com seus parceiros estatais: uma interação em que o Movimento, o polo mais fraco do eixo centrado em Teerã, extraía o possível de seus aliados principais para corrigir minimamente a assoberbante desigualdade de forças diante de Israel.

4.2 O *Hizbullah* como modelo para o HAMAS

Como enunciado acima, detectava-se, todavia, desde os primórdios do HAMAS, elemento único na relação com o *Hizbullah*: a aspiração de algumas das lideranças do Movimento de, primeiramente, aprender e absorver as táticas assimétricas de confrontação do “Partido de Deus” e, posteriormente, mirar-se no exemplo do “Partido de Deus” como entidade capaz de gradualmente introduzir-se no sistema político convencional do Líbano, tomando para si cada vez maiores frações de poder sem ter de renunciar às suas balizas ideológicas e estratégicas principais.

Historiadores do HAMAS têm datado o ponto na trajetória constitutiva do movimento palestino em que o *Hizbullah* ter-se-ia convertido em seu objeto de inspiração: o exílio de Marj az-Zuhur, no inverno de 1992. Essa localidade no sul do Líbano recebeu, naquele ano (quando ainda se encontrava sob a ocupação de Israel), mais de 400 personalidades do então nascente HAMAS, aprisionadas e deportadas por Israel. Tel Aviv esperava, com o exílio forçado dos militantes islamistas palestinos, cortar pela raiz o crescimento da organização nos territórios ocupados. Afinal, o governo israelense tinha-lhes dado o ultimato de que não poderiam regressar, acrescido do alerta de que o governo libanês, ainda traumatizado pela penetração palestina em seu país, a qual culminou com a Guerra Civil, não aceitaria em hipótese alguma o deslocamento dos prisioneiros mais para o norte. Paradoxalmente, sucedeu exatamente o contrário do planejado por Israel, a começar pela severa crítica que a comunidade internacional desferiu contra seu governo, epitomizada pela Resolução 799 do CSNU, acolhida inclusive pelos norte-americanos, a qual expressava condenação pela prática de deportar civis palestinos e recomendava a imediata repatriação desses contingentes. Inadvertidamente, Israel teria contribuído para cimentar institucionalmente o HAMAS, pois, em Marj az-Zuhur, vários de seus correligionários, que militavam de modo disperso, faltando-lhes a comunicação adequada, puderam conhecer-se melhor e edificar com maior eficácia os pilares do Movimento (TAMIMI, 2007, p. 66-68).

Estar no Líbano e presenciar o *Hizbullah*, que se lançava contra as FDI no sul do país no mesmo momento em que tomava parte de eleições legislativas, teria influenciado o HAMAS em seus exercícios de planificação. Na ótica de alguns analistas, a curto prazo, o agrupamento palestino teria assimilado táticas de guerra assimétrica do “Partido de Deus” como a utilização de ataques suicidas. Por um

ângulo, corroboraria essa hipótese a observação de que se noticiaram os primeiros atentados desse tipo perpetrados pelo HAMAS em Israel em período imediatamente após o fim do desterro em Marj az-Zuhur (MISHAL & SELA, 2000, p. 65-66).

É razoável dizer que o *Hizbullah*, malgrado sua progressiva interiorização no sistema político convencional libanês, jamais abdicou de sua extensão militar. Sua evolução à condição de sigla política sem abandono das armas era, no prisma da cúpula do HAMAS, movimento inspirador, a ser copiado a médio e longo prazos.

Os percalços para alcançar essa meta têm sido, contudo, muito maiores no caso do grupo palestino do que para o “Partido de Deus”, em vista de seus respectivos ambientes políticos. No Líbano, a correlação de forças partidárias e a aquiescência da Síria, em seus anos de tutela sobre o governo libanês, contribuíram para que o *Hizbullah* não se desarmasse e, ao mesmo tempo, concorresse em sufrágios. Diversamente, o HAMAS tem sempre encarado enormes pressões para que a sua internalização na OLP como partido palestino viesse na esteira de sua desmobilização como poder bélico autônomo. Mesmo como governo da ANP, após o pleito legislativo de 2006, ou como efetivo administrador da Faixa de Gaza, depois que tomou esse território em 2007, o Movimento tem-se chocado com obstáculos políticos que lhe tolhem o poder para barganhar o estabelecimento de governo palestino de coalizão nacional em termos que lhe soem adequados (HIRST, 2010, p. 409-410, TAMIM, p. 189-190).

A Primavera Árabe de 2011 e o redesenho da equação geopolítica no Oriente Médio em seus primeiros dois anos, representaram, para as chefias do HAMAS, oportunidade em que, supunham eles, pôr em marcha nova política externa, revisando a preferência pela aproximação com o “arco rejeicionista”, geraria dividendos materiais e políticos suficientes para que o Movimento se aproximasse de alguns de seus objetivos, afetando sua relação com o *Hizbullah*.

5 O IMPACTO DA PRIMAVERA ÁRABE PARA AS RELAÇÕES HIZBULLAH- HAMAS: O INTERREGNO 2011-2013

Este estudo não se propõe a descrever as causas e os efeitos gerais da Primavera Árabe. Faz-se importante reter, entretanto, para a compreensão de como essa grande turbulência social e suas ondas de choque sobre a geopolítica médio-oriental redimensionaram as relações entre o *Hizbullah* e o HAMAS.

Passada a euforia, alimentada também pelo Ocidente, de que a queda ou a ameaça de queda de regimes de extração ideológica panarabista como a Líbia de Muammar Qadhafi, o Egito de Mubarak, o Iêmen de Ali Saleh e a Síria de al-Assad engendrariam sistemas políticos mais democráticos, atestou-se, em sequência, a rápida reacomodação das novas forças despertadas por essa mudança dentro da principal disputa de poder árabe-muçulmana, a saber, a rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita.

A tensão iraniano-saudita no palco regional se entevia desde a invasão do Iraque pelos EUA, com o Irã fortalecido após a derrubada de Saddam Hussein e o surgimento de um novo governo em Bagdá com poderoso componente de sua maioria populacional xiita. A Arábia Saudita, ciosa de sua posição como a maior potência conservadora árabe e muçulmana, procurava conter o avanço de Teerã, em associação com os EUA e outros governos que se manifestavam mais vocalmente contra o alastramento da influência do Irã: Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Jordânia. Com a Primavera Árabe e a explosão dos conflitos líbio, iemenita e, principalmente, sírio, Riade, esposando cada vez mais enfoque confessional sunita, obrigava-se a tentar inibir a projeção direta, real ou imaginada, do Irã em países como Bahrein e Iêmen, de maiorias xiitas, ou a subtrair o peso iraniano na Síria, onde maioria sunita vivia sob controle do *Ba'ath*, que, como já exposto, conformara aliança geopolítica com Teerã.

Longe de uma polarização perfeita de coalizões, o aprofundamento da disputa iraniano-saudita, com seu revestimento sectário, desenrolava-se simultaneamente com a emergência de terceiro vetor de poder: o da IM, abastecido financeira e militarmente pelo Catar e, em menor grau, pela Turquia, cuja legenda governista da Justiça e Desenvolvimento (AKP) identificava-se com essa corrente islamista. (SALLOUKH, 2013, p. 32-46).

Setores do HAMAS logo fizeram a leitura de que a Irmandade, em todos os seus troncos nacionais, entraria em espiral política promissora no mundo árabe, com a capacidade de reclamar espaços deixados pelos regimes autoritários retirados do poder no Egito, no Iêmen e na Tunísia, tendo em vista o franco encorajamento de Doha e Ancara. Mais até, o Movimento reparou que, após décadas de asfixia política, o soerguimento dessa confraria, passando a concorrer ao poder em processos eleitorais, correspondia, de início, a fenômeno bem-vindo pelos EUA e por outros países ocidentais como germinação de instituições democráticas no Oriente Médio. O governo norte-americano do presidente Barack Obama e a União Europeia (UE) não excluía normalizar o diálogo com a IM.

Para o HAMAS, com suas raízes na Irmandade da Faixa de Gaza, a floravam, diante de si, duas oportunidades inéditas: inserir-se na lista de atores políticos contemplados pelas promessas de mais substancial apoio do Catar e da Turquia, sem falar de novos Estados que poderiam ser governados pelos *ikhuaan*; e granjear finalmente a simpatia ocidental, ao enfatizar seu zelo pelo pluralismo político. Não por acaso, o Movimento, em maio de 2011, assinou, no Cairo, documento de reconciliação com o FATAH, em mais uma tentativa de instaurar governo de união nacional. A vitória do membro da Irmandade egípcia, Mohammad Morsi, no sufrágio presidencial do Egito, em junho de 2012, dando o primeiro chefe de Estado eleito democraticamente a país com mais de 90 milhões de habitantes e vizinho à Faixa de Gaza, alentou a estratégia diplomática do HAMAS de aderir a esse eixo, na esperança de que o Cairo ao seu flanco lhe habilitasse a negociar, em posição vantajosa, com o FATAH e a comunidade internacional.

Para legitimar a sua identidade como organização tributária da Irmandade, a liderança do HAMAS oficializou, em outubro de 2011, seu pertencimento a esse ente transnacional, rebatizando-se “Movimento de Resistência Islâmica – Seção da Irmandade Muçulmana (SEURAT, 2015b, p. 245-277).

O maior inconveniente para o HAMAS reposicionar-se dentro do campo da tríade de potências pró-IM – Catar, Egito e Turquia – era como equacionar essa adesão sem prejudicar suas relações privilegiadas com “o arco dos rejeicionistas”, sempre tão vital em sua luta contra Israel. Dificilmente poderia esquivar-se dessa contradição, tendo cenário em que, na Síria, as oposições ao regime al-Assad eram subsidiadas e armadas por Doha, Cairo e Âncara (assim como por países ocidentais e os demais do Golfo, se bem que com agendas distintas). No seio do movimento, o escritório político, chefiado por Khalid Misha’l, apesar de sediado em Damasco, abraçava o alinhamento com os rebeldes sírios, ao passo que o polo de Gaza, sobretudo as brigadas *Izzi din al-Qassam*, temia o fim do apoio militar brindado pelo Irã, embora a população da Faixa nutrisse simpatia pela causa rebelde. Premido por essas divergências, vindas de fora e de dentro, o HAMAS, entre 2011 e 2012, investiu em discurso de neutralidade no concernente ao conflito sírio, com o intento de transformar sua posição ambivalente de um passivo para um ativo de sua política externa.

Misha’l, a pedido do então secretário-geral da LEA, Nabil al-’Arabii, promoveu, em 2011, gestão junto ao presidente al-Assad como mediador entre o regime e a oposição. Sem êxito, o HAMAS na Síria, instado pelo governo local a esclarecer sua conduta, iniciou o esvaziamento de seu escritório político, encobrendo esse já vocal indício de defecção com o recurso ao ambíguo conceito árabe de *tawaajud*: a presença mantida com desengajamento ou “a ausência na presença”. Em fevereiro de 2012, o Movimento deixava a Síria. Em setembro daquele ano, Misha’l, na Turquia, finalmente sustentava abertamente a revolta contra o *Ba’th* sírio. A imprensa árabe dava conta de que comandos das *Izzi din al-Qassam* treinavam o Exército Livre Sírio, aparato militar da oposição fiel ao Catar e à Turquia, e uniam-se a eles em frentes de batalha contra as tropas leais a al-Assad.

Rompendo-se as relações com Damasco, o HAMAS antecipou-se para não se alienar completamente dos iranianos, o mais poderoso elo do “eixo dos rejeicionistas”. O Movimento, dali em diante incapaz de administrar a dissonância entre o escritório político, deslocado para Doha, e as lideranças de Gaza, enviou delegações da Faixa a Teerã, sem impedir que as relações se deteriorassem. Inaugurou-se temporada de “zigue-zague” diplomático, com o HAMAS tentando dissuadir os *ayatollahs* de contingenciar ou mesmo congelar sua ajuda. Nessas negociações, as operações militares de Israel na Faixa sobressaíram como relevante variável para os iranianos decidirem como calibrariam suas contribuições ao membro dissidente de sua aliança.

O cisma com a Síria e o imenso mal-estar com o Irã contaminaram a cooperação entre o HAMAS e o *Hizbullah*. No âmbito de suas relações bilaterais, agravou o

distanciamento entre os dois grupos não estatais a gritante bifurcação entre as suas políticas externas. Se o Movimento desprendia-se de seu aliado sírio quando este sofria a sua maior reviravolta política, com a sobrevivência de seu regime posta à prova, o “Partido de Deus” remodelava a sua doutrina de ação no exterior.

É verdade que os líderes do *Hizbullah* enalteciam as primeiras manifestações populares no Bahrein, no Egito, no Iêmen, na Líbia¹⁰ e na Tunísia, consoante com a crença de que esses movimentos trariam fim aos regimes autoritários árabes que haviam abrandado ou mesmo anulado seu empenho na luta contra Israel e pela libertação da Palestina, passando a plantar as sementes de uma nova ordem no Oriente Médio ditada por massas que conservavam o militantismo pela causa palestina (DAHER, 2016, p. 169-197).

Ao viés originalmente positivo para com a Primavera Árabe impôs-se guinada em direção contrária na medida em que a situação na Síria piorava, arriscando abater o regime do *Ba’th* e todo o patrimônio de cooperação estratégica que este tinha com o *Hizbullah* e o Irã. Se o “Partido de Deus” de início omitia-se sobre o caso sírio quando se manifestava a favor das revoltas no restante do mundo árabe, em seguida passou a postular que a queda do governo al-Assad cobraria preço enorme na luta pela libertação da Palestina, recordando o histórico de colaboração entre Damasco e várias forças palestinas anti-ocupação israelense. Nasrallah, que chegou a negar por quase um ano o direcionamento de tropas de seu partido para combater em território sírio, ao finalmente admiti-lo, frisou que a entrada do *Hizbullah* no conflito cumpria igualmente o papel preventivo de frear o avanço de extremistas sunitas sobre o Líbano e colocou-os em pé de igualdade com Israel, tachando-os de *takfiriun*, isto é, apóstatas do Islã. (DAHER, 2016, p. 169-197).

Tanto o HAMAS quanto o *Hizbullah*, já percebendo a incongruência entre suas políticas exteriores no contexto da Primavera Árabe, tentavam minimizar para o público o desalinhamento que se ampliava entre ambos. Nasrallah, por exemplo, não condenou ostensivamente a saída do escritório político do grupo islamista palestino de Damasco. O cuidado dos dirigentes para não corroer os laços bilaterais contrapôs-se ao aprofundamento da clivagem sectária entre sunitas e xiitas, precipitando o aumento das desconfianças nas bases das duas organizações, particularmente a do “Partido de Deus” (QASSEM, 2013; CAFIERO, CERTO, 2014).

10 O caso mais emblemático de apoio do *Hizbullah* às manifestações contra governos durante o início da Primavera Árabe foi o da Líbia. Pautou a posição do “Partido de Deus” - e do resto do governo libanês - o problema do desaparecimento do imam xiita Musa Sadr, em 1978. O governo libanês acredita que o ex-líder líbio, Muammar Qadhafi, o tivesse aprisionado ou assassinado. Após anos de diálogo conturbado entre Beirute e Trípoli, o Líbano, em 2011, quando ocupava assento não permanente no CSNU, endossou a Resolução 1973 (2011), a qual impunha zona de exclusão aérea sobre a Líbia. Isto aconteceu não obstante o fato de que a Síria, aliado do *Hizbullah*, tivesse condenado a Resolução (DRAVET, EL ZEIN, NOTTEAU, 2013, p. 278-298).

Novamente, do lado do HAMAS, a incoerência entre suas instâncias veio à tona. Em maio de 2013, Misha'l celebrou com Yussef Qaradawi, *sheikh* egípcio radicado no Catar e uma das mais famosas personalidades da IM, prece em que o clérigo, abordando a guerra na Síria, condenava a intromissão do Irã e do *Hizbullah*, chamando o último de "Partido de Satã". Dias depois, Mahmoud Zahar, ex-chanceler do movimento islamista palestino, residente em Gaza, desautorizava as palavras do líder do escritório político. Em que pesassem as desavenças internas do HAMAS, a situação no terreno da Síria acarretava a ainda maior degradação das ligações outrora estratégicas entre o grupo palestino e o *Hizbullah*.

Com a batalha de Qusaiir¹¹, na porção ocidental síria, travada também em maio de 2013, as relações HAMAS -*Hizbullah* atingiam o seu nadir: destacamentos do partido libanês, ajudando as forças armadas do governo sírio, enfrentaram as *Izzi din al-Qassam*, que combatiam com os rebeldes. Indo a público de novo em junho, Misha'l insistiu para que Nasrallah ordenasse a retirada de seus homens da Síria. Em represália, o *Hizbullah* comunicou à representante do HAMAS em Beirute para que se encerrassem as atividades de suas repartições na capital libanesa. Reagindo, Ahmed Youssef, ex-funcionário do "Ministério das Relações Exteriores" de Gaza e proeminente figura do Movimento, admitiu o elevado nível de tensão, o qual esgarçava a antiga solidariedade bilateral. Sem negar que a causa palestina sempre precisaria do Irã e do "Partido de Deus", reiterou que este último manchava suas mãos com o sangue de cidadãos sírios inocentes que clamavam pela queda do regime policialesco de al-Assad. Quanto ao ultimato para fechar as filiais do HAMAS em Beirute, Youssef redarguiu que não cabia ao *Hizbullah* fazer tal exigência, mas, sim, ao Estado libanês (AL-KABARITI, 2013).

6 HIZBULLAH-HAMAS: DE 2013 ATÉ O PRESENTE

A vitória presidencial de Morsi no Egito, a ascensão do partido *Ennahdha* na Tunísia e a pressão de outros braços da IM no Oriente Médio, inclusive na Síria, induziam à conclusão de que o Catar e a Turquia, os dois Estados que mais motivavam politicamente a Irmandade, tinham quebrado um dos alicerces do "eixo dos rejeicionistas" ao puxarem o HAMAS para a sua esfera de influência. Supunha-se que teriam desferido sério golpe a esse arco ao destituí-lo de seu principal componente palestino, militarmente fraco, mas portador de grande significado simbólico-político, uma vez que personificaria a ala mais irredentista

11 A batalha de al-Qussaiir, em 2013, ocorreu no contexto de longa disputa entre as forças do governo sírio e da oposição pela cidade de al-Qussaiir, no centro-oeste da Síria, próxima à fronteira com o Líbano e ponto vital entre as conexões entre Damasco e Homs, além de ser rota para o escoamento de armas contrabandeadas do Líbano. Após ser tomada pelos rebeldes sírios, al-Qussair ficou sob cerco governamental, e a intervenção do Hizbullah foi decisiva para a vitória do regime.

entre todas as organizações palestinas que militavam pelo fim da ocupação israelense.

Os anos de 2013 e 2014 trouxeram, entretanto, duros contratemplos para a política pró-*Ikhuuaan* do HAMAS. A brusca deposição de Morsi em julho de 2013 pelos militares egípcios constituiu o maior revés para os seus líderes: o Cairo adotou contra eles posição agressiva, tornando a bloquear a passagem de Rafa' e classificando o grupo de entidade terrorista. Além das repercussões econômicas desastrosas, o acesso vedado ao território egípcio privou o HAMAS de abundante suprimento de armas oriundas da Líbia em guerra civil, traficadas através do Egito ('AZAAM, 2015). Já a substancial ajuda direcionada pelo Catar à Faixa de Gaza, necessária para lidar com a infraestrutura extremamente depauperada daquela região, não respondia à altura dos anseios militares do partido islamista palestino. O relacionamento com a Tunísia tampouco prosperou da forma como desejava o HAMAS: o *Ennahda*, pragmático, agregou-se a governo de união nacional com a sigla *Nidaa 'Tunis*, secularista, que não descartava resgatar seu diálogo com o governo sírio. No atinente à Turquia, permaneceu dissenso entre os chefes do HAMAS: se o escritório político de Misha'l via positivamente tratativas com Ancara, outros membros da organização temiam as consequências de intensificar aproximação com país integrante da OTAN, sob pena de macular o repertório político-ideológico anti-imperialista e anti-ocidentalista da organização (ALHAJ, DOT-POUILLARD, 2015).

Em julho de 2013, o HAMAS, já órfão de sua poderosa retaguarda egípcia, decidiu executar política de reaquecimento com as forças do "eixo dos rejeicionistas", mas sem renunciar a outros patrocinadores, reais ou potenciais no Oriente Médio, não obstante o antagonismo entre eles, exacerbado pelo prolongamento da guerra na Síria. Essa alternativa diplomática, fruto principalmente das "perdas líquidas" de apoio ao HAMAS decorrentes de seu anterior afastamento da Síria, do Irã e do *Hizbullah*, não deixaria de refletir dissenso entre seus tomadores de decisão, em vista inclusive de sua mencionada estrutura multicefálica, registrando-se competição entre o escritório político, desde 2012 em Doha, e o polo de Gaza. Essa gama de fatores desarmônicos, somada à instabilidade intrínseca da região, implicou política pouco centrada do movimento islamista palestino, dando passos hesitantes e alternando avanços relativos com recuos táticos no contato com os seus parceiros da "resistência".

Previsivelmente, o que menos mudou foi o relacionamento com a Síria, conquanto a tônica do HAMAS em favor das revoltas tenha diminuído. Ao invés de ecoar o pleito dos rebeldes pela derrubada de al-Assad do poder, o Movimento, mais neutro, invocava a fórmula de solução pacífica entre as partes beligerantes. Essa maior flexibilidade para com Damasco também atendia a desígnios muito práticos do HAMAS em território sírio, coincidentes com a campanha militar do regime do *Ba'th*: mitigar o crescimento dos dois maiores grupos radicais sunitas operantes na Síria: o Estado Islâmico (EI) e a então chamada *Jibhat an-Nusra*, (renomeada depois

Jibhat Fatah ash-Sham e *Haii'iat Tahriir ash-Sham*), filial levantina da *al-Qa'ida*. Além de terem conquistado vastas áreas do país, essas organizações infiltraram-se em campos de refugiados palestinos, como o de Yarmouk (ALHAJ, DOT-POUILLARD, 2015).

Com o Irã, prosseguem, desde 2013, tratativas para melhorar os contatos, que nunca chegaram a ser suspensos. O degelo tem sido parcialmente bem-sucedido graças a fatores paralelos ao conflito sírio. As investidas de Israel contra a Faixa de Gaza em 2012 e, sobretudo, em 2014, impeliram os iranianos a retomarem o financiamento e o despacho de armas àquele território ocupado. Todavia, a ajuda não voltou aos patamares precedentes à guerra na Síria. A fim de restaurar a confiança com o Irã, o Movimento ter-se-ia valido do capital diplomático que lhe restaria. Matérias jornalísticas informam que o HAMAS facilitou conversações entre o Irã e a Turquia em momento de tensão entre essas duas potências, devido ao dossiê sírio. Interpreta-se que outro caminho – oblíquo – trilhado pelo escritório político do movimento para reaver integralmente o respaldo do Irã teria sido a tentativa de aproximação com a Arábia Saudita, já em 2015, de modo a provocar o reengajamento iraniano pelo temor de que o HAMAS se tornasse satélite de Riade. Seja como for, o reatamento com Teerã não se concluiu, em virtude da insatisfação iraniana principalmente com Misha'l ('AMMAAR, 2014; CHAMMA, 2016; SEURAT, 2015a).

Em contraste com o Irã e a Síria, o *Hizbullah* transigiu mais com a política tergiversante do HAMAS após julho de 2013, assentindo que seus agentes continuassem a trabalhar em Beirute, ponto de encontro estratégico do movimento islamista palestino com embaixadas de países como o Irã, mas também com representantes da IM (AMER, 2013; QASSIIR, 2014).

Certamente, o histórico objetivo compartilhado de fazer frente a Israel serviu de igual modo para resguardar os vasos comunicantes entre o "Partido de Deus" e o movimento islamista palestino. Ademais, por mais poderoso que fosse dentro do Líbano e por mais que não se tenha desviado de sua política de intervenção na Síria, implementada à revelia do neutralismo do governo libanês, o "Partido de Deus" não detinha meios suficientes para debelar as sequelas dos crescentes transtornos confessionais no seu próprio país e o recrudescimento do fenômeno do extremismo sunita no Líbano, o qual já vinha sendo combatido por ele e pelas FAL. 2012 e 2013 assistiram à erupção de focos de descontentamento e violência em cidades como Sídon e Trípoli, onde o sunismo prevalecia entre suas populações. Os responsáveis pelos distúrbios exploravam a questão da ingerência do *Hizbullah* na Síria e seu ataque a populações sírias sunitas como justificativa para revoltarem-se, acusando a classe política libanesa e o aparato militar de conivência com as ações da milícia xiita. Os campos de refugiados palestinos, em particular *'Ain al-Hilue* (o maior de todos no Líbano), onde o radicalismo sunita já era cultivado, ficaram ainda mais expostos ao aliciamento de simpatizantes pelo EI, pela *al-Qa'ida* e por outras

agregações adscritas a essas duas forças terroristas. Em 2014, pela primeira vez, o EI e a então *Jibhat* an-Nusra realizaram incursão militar pela fronteira sírio-libanesa, usando seus simpatizantes na cidade limítrofe de Aarsal para estabelecer bolsão territorial no Líbano. Sendo assim, o “Partido de Deus”, mais do que no passado, não poderia prescindir do HAMAS para coibir a multiplicação, entre a população palestina, de redes jihadistas sunitas. (AMMAAR, 2014; ALHAJ, DOT-POUILLARD, 2015; ZELIN, 2016).

Essa cooperação em segurança revigorou as relações entre os dois grupos, mas sem voltar ao nível existente antes do conflito sírio. Seus líderes, incapazes de suplantar a discordância acerca do regime al-Assad, acabaram encapsulando essa controvérsia, o que não lhes poupou de estremecimentos, muitos provocados pela dubiedade de posições do HAMAS quanto ao *Hizbullah*.

Caso eloquente foi quando Israel realizou a operação “Barreira de Proteção” contra Gaza, em meados de 2014. O vice-líder do escritório político do HAMAS, Musa Abu Marzuuq, insinuando a insuficiência de apoio do “Partido de Deus”, fez, em público, sem consulta prévia, apelo para que se abrisse pelo Líbano e pelo Golã sírio frente setentrional contra Israel, de modo a aliviar a pressão militar das FDI sobre a Faixa. Em entrevista à imprensa, Nasrallah reprovou a atitude de Marzuuq pela exposição política indesejável à qual o representante do HAMAS o submeteu. Ainda assim, o líder do *Hizbullah* disse ter sugerido ao governo do Irã de, com o eventual concurso de mediadores como Omã e os Emirados Árabes Unidos (EAU), transmitir mensagem aos turcos, cataris, egípcios e sauditas quanto à urgência de centrar-se no apoio à luta palestina pela suspensão do bloqueio a Gaza em lugar de insistir na inclusão do referido território ocupado em cálculos geopolíticos regionais (QAANSUUH, 2014).

Outro episódio a obstruir a reaproximação foi o mútuo silêncio a respeito da classificação dos dois agrupamentos como terroristas por diferentes países. O *Hizbullah* não se manifestou contrariamente quando o Egito rotulou o HAMAS de organização terrorista. Tampouco o movimento islamista palestino veio a público para, no início de 2016, condenar decisão da Liga Árabe e, posteriormente da OCI, sob recomendação dos países do CCG – principalmente Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Bahrein – de qualificar o “Partido de Deus” como ente patrocinador de terrorismo.¹² A indiferença do HAMAS teria sido calculada para não desagradar os sauditas, com os quais seus dirigentes travavam diálogo naquele momento, evitando, assim, que a posição do Egito contra o movimento islamista palestino fosse incorporada pelos demais Estados Membros daqueles organismos multilaterais (SUBHI, 2017).

12 A ampla campanha da Arábia Saudita e do restante do CCG para a tipificação do *Hizbullah* como entidade terrorista surgiu em meio a episódio de aprofundamento da rivalidade Riade-Teerã. Em 2016, a embaixada saudita na capital iraniana e consulado saudita em Mashad foram atacados por manifestantes, em represália à ordem de decapitação, pelo Reino, do clérigo saudita de confissão xiita Nimr an-Nimr. A posição do governo do Irã de condenar a execução de an-Nimr causou o rompimento das relações oficiais bilaterais.

É digno de nota que a instabilidade das relações entre o HAMAS e o Hizbullah desde 2013 pôs o partido xiita libanês em inusitada situação de mediador entre o Movimento e outros componentes do “eixo dos rejeicionistas” e, simultaneamente, como beneficiado por negociações empreendidas por terceiros para regenerar os laços com o HAMAS. No primeiro caso, os meios de comunicação dão conta de que o “Partido de Deus” viabilizou contatos, em Beirute, entre Abu Marzuuq e quadros governamentais iranianos, para examinar as condições de projetada visita de Misha’l a Teerã, que nunca se realizou. (ASH-SHARQ AL-‘AUUSAT, 2016).

Por sua vez, o grupo palestino *Jihad* Islâmico prestou seus bons ofícios como veículo de comunicação entre o HAMAS e o *Hizbullah*. Na qualidade de outro membro palestino relevante do sistema de alianças dos “rejeicionistas”, o *Jihad* tem-se singularizado pelo seu fluido trânsito entre várias forças estatais e não estatais da resistência em razão de: ser um dos poucos movimentos sunitas fiéis ao Irã; não ter abandonado sua neutralidade a respeito dos acontecimentos na Síria após a Primavera Árabe; possuir histórico de maior interação com facções palestinas nacionalistas e esquerdistas, cooperando com elas e fazendo contrapeso ao HAMAS e ao FATAH; estimar o Hizbullah como paradigma de organização militar e política, mais até do que fazia o HAMAS (ALBASOOS, 2015; DOT-POUILLARD, 2014).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos observadores assinala haver mais e mais superioridade do “Partido de Deus” na política doméstica no Líbano. Em outubro de 2016, o Parlamento libanês elegeu como novo presidente o “general” Michel ‘Aoun, líder histórico do Movimento Patriótico Livre (MPL), a maior legenda cristã-maronita e, desde 2006, integrante do bloco do 8 de março e aliado estratégico do *Hizbullah*. A vitória de ‘Aoun materializou-se após mais de dois anos de vacância presidencial, resultante da ausência de acordos com a coalizão do 14 de março, encabeçada pela sigla Futuro, comandada pelos sunitas de Saad Hariri, ex-premiê. Hariri, mesmo que tenha condicionado a aceitação da proposta de Nasrallah de nomear o “general” chefe de Estado ao seu retorno ao cargo de primeiro-ministro, ao fim ter-se-ia conformado com o projeto do *Hizbullah* de, como “mestre do jogo”, conseguir, pela primeira vez, colocar na presidência político por ele apontado (MAMARBACHI, 2016).

Se menos consensual entre os analistas a avaliação do desempenho do “Partido de Deus” na Síria, prevalece, contudo, a visão de que ele se tem sofisticado militarmente. Em termos operacionais e estruturais, seus recursos hoje seriam incomparavelmente superiores àqueles de que dispunha em 2006, durante a “Guerra do Verão”, a ponto de o *Hizbullah* assemelhar-se mais a um exército convencional do que a uma guerrilha. Sua nova geração de efetivos em solo sírio é mais polivalente, podendo mover-se com desenvoltura em distintos teatros de operação. Sua capacidade de planejamento e acesso a fontes de inteligência cresceram consideravelmente

mediante sua atuação conjunta com as forças armadas do Irã, da Rússia e da Síria. Talvez ainda mais importante, o “Partido de Deus” enraizaria sua presença no país vizinho, em perímetro que vai de Homs até o Golã sírio, duplicando sua plataforma de combate a Israel, antes circunscrita ao sul do Líbano. A perda de seus milicianos, numerosa, é compensada com o vasto repositório de reservistas do partido, embora o treinamento que recebem seja mais rápido, com menor filtro de eventuais espões ou sabotadores (CIMINO, 2016; RANSTROP, 2016).

No referente aos custos políticos mais ingentes da intervenção do *Hizbullah* na Síria, eles relacionam-se precisamente ao engravescimento do conflito sectário no Líbano, corroendo a popularidade do “Partido de Deus” junto aos sunitas de seu país, não só libaneses, mas sírios e palestinos refugiados (RANSTROP, 2016). É neste ponto que interessaria aos seus dirigentes revitalizar completamente sua parceria com o HAMAS, com vistas a restaurar a ponte entre xiitas e sunitas.

Na sua presente fase, o HAMAS, em direção quase oposta à do *Hizbullah*, tenta, em meio ao cerco israelense, administrar a deterioração de sua base de poder na Faixa de Gaza, a qual vem sendo nos últimos anos subtraída por grupos jihadistas desse território, cuja orientação político-ideológica vem da confluência de pensamentos da IM e dos salafistas. Os jihadistas de Gaza têm rechaçado a agenda política do HAMAS nos últimos anos: sua participação no pleito legislativo palestino de 2006; a proposta de *hudna* com Israel; a suposta falta de aplicação dos preceitos legais corânicos (*sharii'*); e a aliança com o Irã e a Síria. Há defecções de membros das *Izzi Din al-Qassam* para as hostes jihadistas, cujas fileiras seriam compostas em cerca de 60% por ex-soldados dessas brigadas. Pior ainda, percebe-se a instalação de células inspiradas na *al-Qa'ida* e no EI, envolvidas em ataque ao quartel-general do HAMAS em Gaza em 2015 (SEURAT, 2016, p. 95-106).

A despeito dos entraves anteriormente elencados para a plena regularização das relações entre o HAMAS e o *Hizbullah*, é plausível que o primeiro termine reavivando a sua coordenação com o segundo. Corroboraria esse prognóstico justamente a constatação de que o *Hizbullah*, política e militarmente, vive círculo virtuoso, ao passo que o HAMAS, além dos desgastes de sua política externa, afronta diversos desafios dentro da Faixa de Gaza, necessitando a cooperação do “Partido de Deus”, visto por muitos como agora a mais poderosa força irregular do Oriente Médio.

Não obstante o que precede, não se vislumbra ainda como o movimento islamista palestino cumprirá com a agenda de plena restituição de seu diálogo com o *Hizbullah* sem desvencilhar-se de sua paradoxal política externa de reconciliação abrangente, contemplando tanto o “arco dos rejeicionistas” quanto seus adversários mais próximos dos EUA (Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Egito e a Jordânia), sem contar o Catar e a Turquia, protetores da constelação dos *Ikhuuan* no mundo árabe, da qual faria parte o HAMAS. As últimas eleições internas do partido indicariam continuidade da fragmentação de sua diplomacia. Algumas das principais personalidades em cargos diretórios exibem predileções por países dos

três eixos geopolíticos do Oriente Médio: Ismail Hanieh, o novo líder do escritório político (substituindo Misha'l), pelo Catar; Abu Marzuuq, vice-líder do escritório, pelo Egito; e Yahia Sinuuaar e Mahmuud Zahar, respectivamente chefe da ala militar e outro membro do escritório, pelo Irã. (AL-MODON, 2017).

Sinuuaar, na tarefa de recompor as brigadas *Izzi Din al-Qassam*, tem pressionado para reenergizar a colaboração com o Irã, na qualidade de seu maior provedor de armas e treinamento bélico, ao mesmo tempo em que replica na Faixa de Gaza a tática do *Hizbullah* no sul do Líbano de momentaneamente não colidir com Israel (MUNIR, 2017).

A aprovação pelo HAMAS, em maio de 2017, de seus novos princípios gerais sinalizaria, porém, que o Movimento rumaria em direção a Riade, Abu Dhabi, Cairo e Amã, além de querer aplacar a desconfiança dos EUA e do resto do mundo ocidental. O documento publicado (antes de que a recém-eleita liderança fosse empossada) reajusta várias das doutrinas consagradas pela sua carta de 1988. Sua linguagem é menos confrontacionista, abandona o anti-semitismo (mas não o antissionismo) e aceita a formação de Estado palestino dentro das fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias, de 1967, insinuando, indiretamente, o reconhecimento de Israel. Mais importante para os sauditas, egípcios, emiráticos e jordanianos, o texto não menciona as junções organizacionais entre o HAMAS e a Irmandade Muçulmana (IM). Esta última mudança agradaria os sírios e os iranianos também, não fosse pelo viés aparentemente mais conciliatório do conjunto da declaração no que respeita ao conflito com Israel (MUNAASRAT, 2017; SEURAT, 2017; AMER, 2017a).

A crise vigente entre os países do Golfo, desencadeada por acusação veiculada por Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Egito de que o Catar não tem obedecido a acordos pactuados no âmbito do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG) de repressão ao terrorismo ao manter enlances com forças islamistas sunitas como o HAMAS, a IM e a *al-Qa'ida*; e xiitas, como o *Hizbullah* e a Guarda Revolucionária iraniana, acenaria para mais uma etapa de remanejamento das alianças no Oriente Médio. Por causa de suas ligações – reais ou alegadas – com as aludidas organizações, Doha tem sofrido embargo econômico e logístico de seus vizinhos do Golfo, o que lhe tem forçado a percorrer intensa maratona diplomática, convencendo países ocidentais de seu compromisso contra o terrorismo e amparando-se em potências regionais, como a sua aliada Turquia, mas até o Irã (mesmo que talvez temporariamente), na intenção de contrabalançar as sanções do Egito e dos demais sócios do CCG.

Como efeito colateral, as fricções entre o Catar e as demais petromonarquias árabes sunitas, além do Egito, estariam influenciando positivamente sobre as relações HAMAS-*Hizbullah*, ambos alvos do CCG. No concernente ao Movimento, os países do Golfo demandam que as autoridades cataris expulsem suas lideranças residentes em seu país, além de interromper a assistência ao partido. Não se confirmou a consecução de tais medidas, mas a mídia tem relatado que dezenas de quadros

daquela organização teriam desembarcado em Beirute, vindas de Doha, estimulando a interpretação de que a capital libanesa estaria prestes a se transformar na nova sede do escritório político do HAMAS (BIRM, 2017).

Rumores do traslado de figuras do HAMAS em Doha para Beirute não tem sido completamente desmentidos por membros do Movimento, que, no entanto, os matizam explicando que os números de seus quadros recém-chegados ao Líbano apresentados pela imprensa são exagerados e que inexistiria plano de transferir o escritório político para a capital libanesa. Outros representantes do HAMAS clarificam que, depois das experiências em Damasco e Doha, o Movimento não mais pretenderia concentrar as chefias em um só país, dissipando o risco de produzir ônus político excessivo junto ao governo que os alberga. Sendo assim, afora trazer de volta a liderança do escritório político à Faixa de Gaza (com Ismail Hanieh), o HAMAS distribuiria agora seus dirigentes no exterior entre destinos selecionados. O Líbano seria um entre eles, além de Argélia, Malásia e Turquia.

Independentemente das dimensões desse fato, importa sublinhar que ele vem no rastro de repetidas visitas de delegações do HAMAS de alta patente, como Abu Marzuuq, para avistar-se com Nasrallah e discutir temas como a ameaça que lhes representaria o governo dos EUA de Donald Trump. Mais recentemente, Marzuuq manifestou-se dizendo que sua organização quer mais coordenação com o “Partido de Deus” e o Irã diante da ameaça que lhes representa a proposta de Trump do “acordo do século” para a Questão Palestina e o seu reconhecimento de Jerusalém como capital israelense, implicando a mudança da Embaixada norte-americana para aquela cidade (SABBAAH, 2018). Da mesma forma, impulsionaria a cooperação o risco cada vez mais tangível de conflito entre o *Hizbullah* e Israel, bem como o imperativo de suprir o movimento palestino da carência de treinamento e financiamento de suas fileiras de combate. Noticia-se, por fim, que, se verossímil a informação de que o Movimento tem realocado seus correligionários de Doha para outras capitais, estariam indo para o Líbano lideranças militares do HAMAS (‘AMMAAR, 2017; AMER, 2017b; ASH-SHARQ AL-‘AUUSAT, 2017).

REFERÊNCIAS

AL-KABARIT, Usama. *Qiiaadi fii hamaas: hizbullah laiisa sahib qaraar fiimaa iita’alaq biuujuudnaa fii lubnaan uu ‘alaaqatna ma’hu faatira*. 2013. Disponível em: <https://www.almatareed.org/vb/showthread.php?t=453622#.W4akzKQvzIU>. Acesso em: 11 jun. 2013.

ALBASOOS, Hani. Islamic Jihad is reinventing itself. *The Daily Star: Lebanon*. [s.l.], p. 1-2. 15 maio 2015. Disponível em: <http://www.dailystar.com.lb/ArticlePrint.aspx?id=298040&mode=print>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ALHAJ, Wissam; DOT-POUILLARD. *Pourquoi le Hamas et le Hezbollah restent quand même alliés*. 2015. Disponível em: <https://orientxxi.info/magazine/pourquoi-le-hamas-et-le-hezbollah-restent-quand-meme-allies,0831>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ALHAJ, Wissam; DOT-POUILLARD, Nicolas; RÉBILLARD, Eugénie. *De la théologie à la libération?: Histoire du Jihad islamique palestinien*. Paris: La Découverte, 2014.

‘ALI, Uaa’il. ‘Aasraar hizbullah fii al-khartuum. *Almodon*. Beirute, 22 ago. 2016.

AL-MODON. Intikhaabaat hamaas al-daakhlia: al-qassam ta’maq nufuudh fii ghaza. *Almodon*, Beirute, 13 fev. 2017.

AMER, Adnan. Is Hamas considering a Move to Beirut?. *Al-monitor*. Beirute, 08 ago..2013.

_____. Will Hamas new policy document allow it to enter international scene *Al-monitor*. Beirute, 10 maio. 2017a.

_____. Aazma al-khalijj tasar’tat bii’alaaqaat hamaas uua hizbullah. *Al-monitor*. Beirute, 28 jun. 2017b.

ASH-SHARQ-AL-‘AUUSAT. *Hizbullah iatuuasat baina hamaas uua tihraan uua iuhaaaauul jama’a ‘abuu marzuuq bi mas’uuuuliin ‘iiraniiiiin fii lubnaan*. 2016. Disponível em: <https://www.elnnews.com/31889/>. Acesso em: 28 jan. 2016.

‘AZAAM, Maajid. Hamaas’aaadat ‘ilaa tihraan ba’d ‘inkfaa’ ‘ar-rabiia’ al-‘ikhuuaani’...uua ba’d al-fashil ma’ fatah. *Al-Hayat*, Londres, 20 jan. 2015.

BIRM, Ibrahim. Masaha intiqaal qiaada hamaas min ad-dauha ‘ilaa biiruut. *An-nahar*. Kuwait, 20 jun. 2017.

BUZAN, Barry; WAVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure Of International Security*, [s.l.], 2003. Cambridge University Press. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/cbo9780511491252>. Acesso em: 28 jan. 2016.

CAFIERO, Giorgio; CERTO, Peter. Hamas and Hezbollah Agree to Disagree on Syria. *Atlantic Council*. [s.l.]. 30 jan. 2014. Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/hamas-and-hezbollah-agree-to-disagree-on-syria>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CHAMMA, Vanessa Miguel. A POLÍTICA EXTERNA DO HAMAS. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p.44-68, 2013. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/12249/10014>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CHEHAB, Zaki. *Inside Hamas: the Untold Story of the Militant Islamic Movement*. Nova Iorque: Nation Books, 2007.

CHEHABI, H. E. et al. Iran and Lebanon after Khomeini. In: CHEHABI, H. E. et al. *Distant Relations: Iran and Lebanon in the Last 500 Years*. Londres: I.b.tauris, 2006. cap. 13. p. 287-308.

CIMINO, Matthieu. Le Hezbollah et la guerre en Syrie. *Politique étrangère*. [s.l.], v. , n. 2, p.115-128, 2016. CAIRN. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3917/pe.162.0115>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DAHER, Aurélie. *Le Hezbollah: mobilisation et pouvoir*. Paris: PUF, 2014. 312 p. (Proche Orient).

DAHER, Joseph. *Hezbollah: The Political Economy of Lebanon's Party of God*. Londres: Pluto Press, 2016. 248 p.

DALACOURA, Katerina. Islamist Movements as Non-state Actors and their Relevance to International Relations. In: JOSSELIN, Daphné; WALLACE, William. *Non-State Actors in World Politics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001. cap. 14. p. 235-248.

DOT-POUILLARD, Nicolas. Le mouvement national palestinien et la crise syrienne: une division contenue. In: BURGAT, François; PAOLI, Bruno (Org.). *Les clés pour comprendre les acteurs et les défis de la crise*. Paris: La Découverte, 2013. cap. 20. (Cahiers libres).

_____. *Between Radicalization and Mediation Processes: a Political Map of Palestinian Refugee Camps in Lebanon*. 2015. Disponível em: <http://civilsociety-centre.org/paper/between-radicalization-and-mediation-processes-political-mapping-palestinian-refugee-camps>. Acesso em: 25 jun. 2018.

DRAVET, Camille; NOTTEAU, Maxime; ZEIN, Derek El. *Géopolitique du Liban*. Paris: Spm, 2013. 384 p.

GLEIS, Joshua e BERTI, Benedetta. *Hezbollah and Hamas: a Comparative Study*. Baltimore, John Hopkins, 2012.

HALLIDAY, Fred. The Romance of Non-State Actors. In: JOSSELIN, Daphné;

WALLACE, William. *Non-State Actors in World Politics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001. cap. 2. p. 21-37.

_____. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 374 p.

HAMZEH, Ahmad. *In the Path of Hizbullah*. Nova York, Syracuse, 2004.

HIRST, David *Beware of Small States – Lebanon, Battleground of the Middle East*. Nova Iorque, Nation Books, 2010.

HROUB, Khaled. *Hamas: Un movimento tra lotta armata e governo della Palestina raccontato da un giornalista di Al Jazeera*. Milão: Mondadori Bruno, 2006. 180 p. Tradução de A. Castellani.

_____. Hamas: Conflating National Liberation and Socio-Political Change. In: HROUB, Khaled (ed.). *Political Islam: Context versus Ideology*. Londres: Saqi Books, 2011. p. 59-72. (SOAS Middle East Issues).

HUSSEINI, Rola El. Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria. *Third World Quarterly*, [s.l.], v. 31, n. 5, p.803-815, jul. 2010. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2010.502695>. Acesso em: 28 out. 2016.

JOSSELIN, Daphné e WALLACE, William. Non-State Actors in World Politics: a Framework. In: JOSSELIN, Daphné; WALLACE, William. *Non-State Actors in World Politics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001. cap. 1. p. 1-20.

KEPPEL, Gilles. *Jihad: The Trail of Political Islam*. Cambridge, Belknap Press, 2002.

LEVITT, Matthew. *Hezbollah: The Global Footprint of Lebanon's Party of God*. Washington: Georgetown University Press, 2013.

MAMARBACHI, Henri. *Liban: le retour tant attendu de Michel Aoun*. 2016. Disponível em: <https://orientxxi.info/magazine/liban-le-retour-tant-attendu-de-michel-aoun,1604>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MERVIN, Sabrina. En Attendant l'Iman: Autorité Religieuse et Pouvoir Politique dans le Chiisme Duodécimain. In: MERVIN, Sabrina; MOULINE, Nabil. *Islams politiques: Courants, doctrines et idéologies*. Paris: Cnrs, 2017. p. 131-159.

MISHAL, Shaul; SELA, Avraham. *The Palestinian Hamas: Vision, Violence, and Coexistence, With a New Introduction*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. 280 p.

MOUSSAWI, Ibrahim. The Making of Lebanon's Hizbullah. In: HROUB, Khaled (Ed.). *Political Islam: Context versus Ideology*. Londres: Saqi Books, 2011. p. 210-230. (SOAS Middle East Issues).

MUNIR, Shiimaa'. "m'aaziq al-khaiiaaraat al-'iqliimiia li hamaas ba'd fauuuziihiia al-sinuuaar". *al-Ahram Center for Political and Strategic Studies*, 23 abr. 2017.

MUNAASRAT, 'Aadham. 'Iiraan tamad iidiha 'ilaakataa'i bal qassaam..uu laiisa hammas!. *almodon*, 04 maio. 2017.

NA'IMAT, Ammaar. Baina 'iraan uua hizbullah uua hammas: 'atb..fauufaaaq. *As-safir*. Beirute, 12 maio 2014.

_____. Hamaas li hizbullah: li tataharik jibhataan al-januub uua al-juulaan. *As-safir*. Beirute, 31 jul. 2014.

_____. Hamaas tajama' baina al-qaahira-dahlaan uua tihraan-hizbullah. *Almodon Online*. Beirute, p. 2-3. 21 jun. 2017.

NASR, Vali. *The Shia Revival: How Conflicts within Islam Will Shape the Future*. Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2006.

NIR, Omri. *Nabih Berrri and the Lebanese Politics*. Nova Iorque, Palgrave & MacMillan, 2011.

NORTON, August Richard. *Hezbollah*. Nova Jersey, Princeton University Press, 2007.

PEARLMAN, Wendy. Competing for Lebanon's Diaspora: Transnationalism and Domestic Struggles in a Weak State. *International Migration Review*, [s.l.], v. 48, n. 1, p.34-75, mar. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1111/imre.12070>.

QAANSUUH, Uuafiiq. *Muqaabala al-'amiin al-'aaaum li hizbullah as-saiid hassan nasrallah*. almaaref, 14 ago. 2014.

QASSEM, Naim. *Hizbullah: The story from within*. Londres, Saqi Books, 2010.

QASSEM, Qassem. Hamas and Hezbollah: Weathering the Syrian Storm. *Al-akhbar English*. [s.l.]. mar. 2012. Disponível em: <https://english.al-akhbar.com/node/5482>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. The Hamas-Hezbollah Split on the Syrian War. *Al-akhbar English*. [s.l.]. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://english.al-akhbar.com/node/16195>. Acesso em: 26 jun. 2018.

QASSIIR, Qaasim. Hizbullah-hamaas..uua khatuuat 'isti'aada ath-thiqa. *as-safir*. Beirute, 05 jul. 2014.

RANSTROP, Magnus. The Role of Hizbullah in the Syrian Conflict. In: FELSCH, Maximilian e WAHLISCH, Martin (ed.). *Lebanon and the Arab Uprisings*. Abingdon, Routledge, 2016, cap. 2. P. 32-49.

SABBAAH, Fatahi. *Hamaas ta'zaz 'alaaqaatiha ma' tihraan uua hizbullah*. 2018. Disponível em: <http://www.alhayat.com/article/4515704/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SALLOUKH, Bassel. Demystifying Syrian Foreign Policy under Bashar al-Asad. In: LAWSON, Fred (ed.). *Demystifying Syria*. Londres: Saqi Books, 2009, cap. 9. (SOAS Middle East Issues).

_____. The Arab Uprisings and the Geopolitics of the Middle East. *The International Spectator*, [s.l.], v. 48, n. 2, p.32-46, jun. 2013.

_____. The Art of the Impossible: The Foreign Policy of Lebanon. In: KORANY, Bahgat e DESSOUKI, Ali E. Hillal (ed.). *The Foreign Policies of Arab States – The Challenge of Globalization*. Cairo, The American University in Cairo Press, 2008, cap. 12.

SEURAT, Leila. *Le Hamas et le Monde*. Paris, CNRS, 2015a. p. 344.

_____. De l'Espoir au Désenchantement: le Hamas face aux Printemps Arabes. In: PUCHOT, Pierre (org.). *Les Frères Musulmans et le Pouvoir*. Paris, Galaade, 2015b.

_____. Le Hamas et les djihadistes à Gaza: contrôle impossible, trêve improbable. *Politique étrangère*, [s.l.], v. , n. 3, p.95-106, 2016. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/pe.163.0095>.

_____. *Révolution dans la révolution au Hamas: Fin des liens avec les frères musulmans*. 2017. Disponível em: <https://orientxxi.info/magazine/revolution-dans-la-revolution-au-hamas,1838>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SUBIH, 'Asila. Msir uu hamaas: min tabriid at-tuuatur 'ilaa tadf'iia al-'alaaqaat. *Al-Ahram Center For Political And Strategic Studies*, 31 jan. 2017.

STRINDBERG, Anders. The Damascus-Based Alliance of Palestinian Forces: A Primer. *Journal of Palestine Studies*, [s.l.], v. 29, n. 3, p.60-76, abr. 2000. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.2307/2676456>.

TAMIMI, Azzam. *Hamas: Unwritten Chapters*. Londres: C Hurst & Co Publishers, 2007. 344 p.

WALT, Stephen M.. Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, [s.l.], v. 9, n. 4, p.3-43, 1985. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2538540>.

WILKINS, Henrietta. Lebanese Foreign Policies and the Arab Uprisings. In: FELSCH, Maximilian; WÄHLISCH, Martin (ed.). *Lebanon and the Arab Uprisings: In the Eye of the Hurricane*. Londres: Routledge, 2006. Cap. 9.

ZELIN, Aaron. Jihadism in Lebanon after the Syrian Uprising. In: FELSCH, Maximilian; WÄHLISCH, Martin (ed.). *Lebanon and the Arab Uprisings: In the Eye of the Hurricane*. Londres: Routledge, 2006. Cap. 3.

Recebido em: 18 jun. 2018

Aceito em: 09 out. 2018